

---

## CONCURSO DE PESSOAS NO CRIME DE INFANTICÍDIO

Carlos Augusto Coimbra - Advogado

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho, denominado concurso de pessoas no crime de infanticídio, terá como finalidade primordial a abordagem de aspectos práticos referentes à área temática, visando fundamentalmente proporcionar uma uniformização a cerca da aplicabilidade do concurso de pessoas no cotidiano forense. Ademais, é de imensurável relevância a explanação, que tal objeto de estudo, é centro de incontáveis divergências doutrinárias, cerceando conseqüentemente a finalidade primordial de qualquer sistema jurídico, que consiste na pacificação da sociedade, e na busca suprema pela justiça.

Preliminarmente, o trabalho em seu bojo irá demonstrar um panorama integral do concurso de pessoas, tendo como ponto de partida a elaboração de um conceito pormenorizado da área temática, visando proporcionar ao leitor uma maior familiarização a cerca do referido instituto criminal. Posteriormente irá abordar os pressupostos imprescindíveis para a incidência do concurso de pessoas (Identidade de fato, pluralidade de condutas, relevância causal de cada conduta, e a existência de um liame subjetivo entre os concorrentes) Ainda em tal tópico será devidamente enumerado e elucidado, todas as teorias doutrinárias que fazem alusão ao concurso de pessoas, visando uma ampla abordagem sobre o assunto.

Supervenientemente, no tópico da autoria será materializada uma vasta exposição sobre a natureza jurídica da autoria, almejando precipuamente uma relevante delimitação do objeto de estudo. Não obstante, em tal capítulo também será integralmente dissertado, as modalidades juridicamente admissíveis de autoria (autoria mediata, autoria colateral, autoria incerta, autoria intelectual), visando outorgar no presente trabalho uma realidade mais prática em relação ao concurso de pessoas. Tal enunciado terá concomitantemente como objetivo enumerar diversos exemplos hipotéticos sobre a área temática, visando reforçar no leitor o desenvolvimento de uma perspectiva crítica sobre o instituto criminal.

Já o capítulo posterior terá como objeto de estudo o fenômeno da participação no concurso de pessoas. Inicialmente será sistematizado um conceito detalhado sobre tal instituto, visando proporcionar uma maior pacificação em relação a tal área. Depois será comentado sobre a respectiva natureza jurídica da participação. Posteriormente o presente trabalho irá enumerar as diversas modalidades de participação (ajuste, auxílio, determinação, instigação) explicando tal conteúdo através de vários exemplos práticos sobre tais situações.

**Vox Forensi, Espírito Santo do Pinhal, v. 2, n. 3, Jul./Set. 2009**

Não obstante, visando uma análise mais acentuada da participação será abordado taxativamente seu juízo de punibilidade, fazendo-se inequívoca referência sobre as sanções estabelecidas para os concorrentes da empreitada criminosa. Ainda será descrita as diversas agravantes e atenuantes genéricas, que recaem sobre os agentes no concurso de pessoas, majorando ou minimizando a punição conforme for o caso.

No capítulo seguinte terá como sustentação temática a comunicabilidade e incomunicabilidade das condições elementares. Primeiramente será consubstanciada uma conceituação abrangente de tal área de estudo. Posteriormente tal tópico, preconizará a incomunicabilidade das condições de natureza essencialmente personalíssimas, entre os vários integrantes de uma infração penal. Após será subdividido as espécies de elementares criminais (objetivas, ou pessoais) visando uma maior distinção no tocante a punibilidade dos concorrentes.

Já no tópico derradeiro, e sem dúvida o mais polemico do presente trabalho se fará uma transcrição pormenorizada sobre a possibilidade da incidência do concurso de pessoas no delito de infanticídio. Inicialmente será exposto as modificações que tal delito vem sofrendo ao longo do tempo, nas mais variadas legislações penais Brasileiras. Supervenientemente será tecida uma completa abordagem sobre o delito de infanticídio, englobando seu enunciado normativo, seu objeto material, seu aspecto subjetivo e objetivo, e a fixação do sujeito passivo e ativo.

Supervenientemente no mesmo capítulo será abordado a questão culminante do presente trabalho, que consiste primordialmente na possibilidade da incidência ou não do instituto criminal “concurso de pessoas”, no delito de infanticídio. É coativa a explanação que no transcorrer do tempo, tal situação vem sendo centro de incontáveis opiniões contrastantes, desta forma o presente trabalho se compromete a realizar uma vasta exposição sobre tais preconizações garantindo uma ampla exposição do assunto. Tal questão também será elucidada através de inúmeros exemplos hipotéticos, visando majorar o entendimento do leitor a cerca do objeto de estudo.

## **CONCURSO DE PESSOAS**

### **1.1 CONCEITO**

Inicialmente é de imensurável relevância a exposição que uma infração penal pode ser praticada por uma ou varias pessoas em concurso. Pode o sujeito ativo, isoladamente,

materializar a conduta típica prevista no tipo legal do delito. Frequentemente, todavia, a infração penal é realizada por duas ou mais pessoas que concorrem para a eclosão do evento naturalístico. Nesta hipótese fática ocorre a exteriorização do instituto criminal denominado concurso de pessoas.

A legislação penal para a completa delimitação do concurso de pessoas adotou em relação à área temática, a teoria da equivalência dos antecedentes adotada quanto à relação de causalidade, igualando os vários antecedentes causais do crime, não distinguindo entre os vários participantes da atividade criminosa e reunindo-os sob a denominação de co-autoria. Convém ressaltar que o código penal de 1969 utilizava a designação de concurso de agentes que, por seu caráter extremamente abrangente e compreensivo até mesmo dos fenômenos naturais, quanto às leis da causalidade física, não foi aceita pelo legislador na reforma penal que preferiu que a nomenclatura concurso de pessoas.

Finda as argumentações preliminares, é indispensável à elaboração de um conceito detalhado e pormenorizado do fenômeno penal designado concurso de pessoas. Tal área temática pode ser delimitada como sendo a ciente e voluntária contribuição de dois ou mais agentes para a eclosão de um acontecimento típico. Sendo estritamente necessário a existência de um liame subjetivo entre os concorrentes, ou seja, a inequívoca consciência de que ambos os agentes visam um resultado em comum.

Ademais, ressalte-se que o concurso de pessoas pode se exteriorizar em qualquer momento do “iter criminis” abrangendo, portanto deste a deliberação em cometer o ilícito, até eventual consumação. Desta forma serão responsabilizados criminalmente deste os agentes que ajudaram a planejar o crime, tanto os que cooperaram para a atividade executiva da infração penal, e os que de qualquer modo colaboraram para a consumação do tipo penal.

## **1.2 REQUISITOS DO CONCURSO DE PESSOAS**

Para a existência do concurso de pessoas é indispensável a incidências dos seguintes pressupostos:

- a) Pluralidade de condutas;
- b) Relevância causal da cada uma das ações;
- c) Liame subjetivo entre os agentes
- d) Identidade de fato.

### **1.2.1 PLURALIDADE DE CONDUTAS**

Na participação existem agentes que materializam a conduta típica prevista na norma penal e outros que, mesmo não praticando atos preparatórios ou executórios (condutas atípicas), contribuem para o desdobramento físico da série de causas do evento e conseqüentemente serão responsabilizados criminalmente pela incidência do evento naturalístico, em virtude imediata da norma de extensão.

Desta forma todos os participantes da infração penal, através da exteriorização de condutas positivas ou negativas concorrem para a eclosão do evento, entretanto, tais contribuições não se consubstanciam de modo único, nem em condições iguais. Desta forma em incontáveis hipóteses fáticas um ou mais agentes pratica o fato material típico, caracterizando o delito, limitando aos demais participantes a determinar, a instigar, a auxiliar moral ou fisicamente o executor do crime, praticando condutas que, em si mesmas, não são delituosas.

### **1.2.2 RELEVÂNCIA DAS CONDUTAS**

Ocorrendo condutas de diversas pessoas, é necessária a existência de um nexo de causalidade entre cada conduta e a produção do acontecimento tipificado. Desta forma para a existência da responsabilidade criminal no concurso de pessoas, é indispensável o pressuposto que cada agente tenha contribuído de qualquer forma para a realização do fato típico.

Desta forma é imperiosa a exposição, que independentemente da forma que a conduta típica se exteriorize, esta não se configura como um mero conhecimento da empreitada criminosa, mas sim de uma contribuição relevante para a sua realização.

Convém salientar que a mera manifestação de adesão a pratica delituosa não constitui participação. Assim, se A diz que vai concorrer no estelionato a ser cometido por B contra C, não há participação. Isso se deve fundamentalmente pelo fato que na hipótese concreta a exteriorização do desígnio criminoso não foi seguida de uma conduta.

Entretanto, se auxilia B a cometer o estelionato contra C, ocorrendo pelo menos tentativa da descrição típica, ocorrerá à participação. No concurso de agentes também tem eficácia as máxima "cogitationis poenam nemo patitur" Da mesma forma, não é partícipe quem apenas se satisfaz com a materialização da conduta delituosa.

### 1.2.3 IDENTIDADE DE FATO

Tendo sido adotada pelo ordenamento pátrio a teoria unitária, em regra geral todos os agentes da infração penal, sejam autores, co-autores ou partícipes, deverão responder pelo crime, ressalvadas apenas as exceções pluralísticas.

### 1.2.4 LIAME SUBJETIVO

É indispensável para a integral caracterização do concurso de pessoas, a existência de um vínculo subjetivo entre os agentes do tipo penal, ou seja, a consciência de que cooperam para a realização de um evento comum. Desta forma não basta apenas que os agentes atuem com dolo ou culpa, sendo relevante um liame subjetivo entre os vários concorrentes. Inexistindo o conhecimento dos agentes que agem para a realização de um evento em comum, desintegrará o concurso de agentes, surgindo em seu lugar à chamada autoria colateral.

Para a incidência do concurso de pessoas não é indispensável o acordo prévio de vontade entre os agentes, bastando somente uma conduta aderir à outra. Suponha-se que uma empregada domestica toma conhecimento que um ladrão pretende furtar a residência, com a finalidade de vingar-se do patrão, deixa deliberadamente a porta aberta facilitando a ocorrência do furto. Existe em tal acontecimento, participação efetiva da empregada doméstica para a realização do furto e não obstante, o ladrão desconhecia a colaboração da criada (não ocorreu o acordo prévio).

Desta forma unicamente em relação ao partícipe é indispensável o elemento subjetivo da participação. Este pode faltar no autor. Exemplo: A, sabendo que B vai matar C e desejando a morte deste, furta o revolver com o qual poderia se defender-se. A, será partícipe do homicídio. Não obstante B desconhecia a sua cooperação. Além disso, na hipótese fática é perfeitamente viável que a participação tenha sido recusada pelo autor do ilícito suponha se, no entanto no respectivo exemplo, A, dissesse a B que iria tirar a arma de C, facilitando-lhe o homicídio, e B recusasse o auxílio haveria participação se A furtasse a arma de C? Sim, pois houve adesão da vontade de A para B.

Para a completa caracterização do liame subjetivo entre os agentes da infração penal é indispensável à homogeneidade de elemento subjetivo - normativo. Tal premissa discorre que inexoravelmente autor e partícipe deverão exteriorizar suas condutas com o mesmo elemento subjetivo (dolo) ou normativo (culpa). Desta forma somos levados a concluir que existindo a heterogeneidade entre as diversas condutas típicas, ou seja, autor e partícipe

materializando a ação com dolos e culpas distintas, não se configurará o concurso de agentes na modalidade de participação. Tal fundamento acarreta duas regras:

- 1) Não existe a participação dolosa em crime culposo. Exemplo: A, desejando matar C, entrega a B uma arma, fazendo-o supor que está descarregada e induzindo-o a acionar o gatilho na direção da vítima. B, imprudentemente aciona o gatilho e mata C. Não há participação criminosa, mais dois delitos: homicídio doloso em relação a A; homicídio culposo devido à inobservância do dever objetivo de cuidado em relação a B.
- 2) É impossível a participação culposa em crime doloso. Exemplo: um médico, negligentemente, entrega a uma enfermeira um veneno, supondo-o substância medicinal. Ela, percebendo o engano, mas com a intenção de matar o paciente, ministra-lhe a substância fatal. Em tal situação ocorrerá dois crimes: homicídio culposo por parte do médico; doloso em relação à enfermeira.

Entretanto, é perfeitamente razoável a possibilidade que o agente que em tese seria considerado partícipe não responda por fato típico algum. Poderemos citar como exemplo concreto de tal situação o caso do empregado que, procedendo de forma negligente deixa o portão da residência aberto, por onde penetra o ladrão para efetuar o furto. Ocorre, no entanto, que inexistindo a homogeneidade do elemento subjetivo, cada agente será responsabilizado pelo crime praticado seja a título de dolo ou culpa. Entretanto em decorrência inequívoca e imediata do princípio criminal da excepcionalidade do tipo culposos, o empregado no caso concreto não poderia ser responsabilizado criminalmente, pois em nosso ordenamento penal não existe a previsão de furto culposos, de tal forma que a sua ação seria considerada atípica.

Desta forma em síntese é possível a explanação de que nos crimes punidos a título de dolo, é imprescindível que a realização da situação ingresse no âmbito de vontade do partícipe; já nos tipos penais culposos é necessário que o desígnio de cooperar em uma conduta coletiva se adicione a completa imprevisão atinente ao subsequente lesivo.

### 1.3 CONCURSO NECESSÁRIO E EVENTUAL

Os crimes podem ser monossujeito é aquele que pode ser praticado por uma só pessoa, embora nada impeça a co-autoria e a participação. Os delitos de calúnia (artigo 139), homicídio (artigo 121), furto (artigo 155)<sup>1</sup>, por exemplo, são suscetíveis de serem praticados

---

<sup>1</sup> Art. 155, CP: Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena- reclusão, de um a quatro anos, ou multa.

§ 1º a pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

**Vox Forensis, Espírito Santo do Pinhal, v. 2, n. 3, Jul./Set. 2009**

por um único agente. Entretanto é perfeitamente razoável a participação de duas ou mais pessoas no evento, ocorrendo, na hipótese, o concurso de agentes.

Já os crimes plurissubjetivos é aquele que, por sua conceituação típica, exige dois ou mais agentes na prática da conduta criminosa. Todavia, o ordenamento jurídico pátrio, não estende a punibilidade a todos os agentes. O fundamento de tal distinção resulta do pressuposto fático que se a norma jurídica, proibir a conduta em razão do interesse público, protege o concorrente necessário, como é o caso dos crimes de corrupção de menores e usura. É de vital importância prática a exposição, que a norma jurídica somente promoverá a punição do sujeito ativo do delito, e não aquele que praticou alguma conduta sofrendo uma ação, como ocorre nos crimes de mediação para satisfazer a lascívia de outrem, favorecimento da prostituição e rufianismo.

Os crimes do concurso necessário subdividem-se em delitos de condutas paralelas, convergentes ou contrapostas.

### **1.3.1 DAS CONDUTAS PARALELAS**

As condutas se auxiliam mutuamente, com a finalidade de proporcionar a materialização de um evento naturalístico comum. Desta forma os agentes da conduta criminosa visam à produção de um resultado idêntico, no sentido de concentrar esforços para a realização do crime. Poderemos citar como exemplo de condutas paralelas, o crime da quadrilha ou bando (artigo 288 do Código Penal)<sup>2</sup>, em que todas as condutas se exteriorizam para a realização de uma mesma finalidade, no caso, a prática de infrações penais.

### **1.3.2 DAS CONDUTAS CONVERGENTES**

As condutas dos agentes do delito tendem a encontrar-se, e desta consecução surge o resultado descrito no tipo penal. Sendo assim as condutas não se voltam para frente, para o futuro, na busca da tipificação de um evento delituoso, mas, ao contrário, uma se dirige á

---

§ 2º Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí - lá de um a dois terços, ou aplicar somente a multa.

§ 3º Equipara-se a coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

<sup>2</sup> Art. 288, CP: Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:

Pena – reclusão de um a três anos.

Parágrafo único. A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.

**Vox Forensis, Espírito Santo do Pinhal, v. 2, n. 3, Jul./Set. 2009**

outra, e desse encontro resulta a infração penal. Exemplo: crime de bigamia (artigo 235 do Código Penal)<sup>3</sup>

### 1.3.3 DAS CONDUTAS CONTRAPOSTAS.

As condutas são praticadas umas contra as outras, sendo assim no caso concreto são concomitantemente, autores e vítimas do delito. Exemplo: crime de rixa (artigo 137 do Código Penal).

Finda as argumentações iniciais, poderemos elaborar uma conceituação detalhada e integral do concurso necessário e do concurso eventual.

### 1.3.4 CONCURSO NECESSÁRIO

Tal instituto criminal refere-se fundamentalmente aos crimes plurissubjetivos, dos quais é necessária a presença em concurso de pelo menos dois agentes para a tipificação da conduta. Aqui, a norma penal incriminadora, no seu preceito primário, reclama como “conditio sine qua non” do tipo, a exigência de mais de um autor para a realização do crime, de modo que a conduta típica não poderá em hipótese alguma ser exteriorizada por um único agente.

Desta forma para a caracterização do concurso necessário é indispensável à presença da co-autoria, podendo haver ou não a participação de terceiros. Desta forma poderemos concluir que tal espécie de concurso de pessoas reclama sempre a co-autoria, mas a participação pode ou não ocorrer, sendo, portanto, eventual.

Poderemos citar como exemplo de concurso necessário o crime de rixa (artigo 137 do Código Penal)<sup>4</sup>, tal infração penal ser praticada necessariamente por três ou mais pessoas. Contudo, além deles, pode ainda uma terceira pessoa concorrer para a materialização da conduta criminosa, na qualidade de partícipe, criando intrigas, alimentando rivalidades entre os contendores ou fornecendo-lhe armas para o delito.

É de imensurável relevância prática a explanação que quando a pluralidade de agentes é elemento do tipo penal, cada concorrente responderá pelo fato naturalístico, mas este só se integra quando os outros contribuem para a configuração da conduta típica.

---

<sup>3</sup> Art. 235, CP: Contrair alguém, sendo casado, novo casamento:  
Pena – reclusão, de dois a seis anos.

<sup>4</sup> Art. 137, CP: Participar de rixa, salvo para separar os contendores:  
Pena – detenção, de quinze dias a 2 meses, ou multa

Parágrafo único. Se ocorre morte ou lesão corporal de natureza grave, aplica-se, pelo fato da participação na rixa, a pena de detenção, de seis meses a dois anos.



### 1.3.5 CONCURSO EVENTUAL

Refere-se necessariamente aos crimes monossubjetivos, que podem ser praticados por um ou mais agentes. Desta forma, quando praticados por dois ou mais agentes para a realização de um resultado em comum, haverá co-autoria ou participação, dependendo da forma que os agentes concorreram para a incidência da conduta tipificada, mas tanto uma como outra podem ou não ocorrer, sendo ambas eventuais. Desta forma o agente pode cometer um roubo sozinho, em co-autoria com alguém ou, ainda, ser favorecido pela participação de um terceiro que o auxilie, instigue ou induza.

Por derradeiro é indispensável à exposição, que o princípio segundo o qual “quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a ele cominadas” (Código Penal, artigo 29), somente recaíra nas hipóteses de concurso eventual, com exclusão do concurso necessário. Nestes como a norma penal incriminadora pressupõe a presença de dois ou mais agentes para a tipificação do evento naturalístico, não há qualquer necessidade de estender-se a punição por intermédio da disposição ampliativa a todos os que o realizam, assim eles estão contribuindo para a prática do tipo penal materialmente, são, portanto co-autores, todavia, isso não impede a participação.

### 1.4 NATUREZA JURÍDICA DO CONCURSO DE PESSOAS

Existem diversas teorias que retratam a natureza jurídica do concurso de agentes, quando se procura estabelecer se existe no evento fático um só ou vários delitos, proporcionando de tal forma soluções diversas quanto á aplicação da pena.

Segundo discorre a concepção convencional da teoria monista, unitária ou igualitária, o delito ainda quando tenha sido materializado em concurso de diversos agentes, permanecerá necessariamente único e indivisível. Desta forma não se distingue entre as várias categorias de pessoas (autor, participe, instigador, cúmplice etc.), sendo todos autores (ou co-autores) da infração penal.

Tal corrente foi recepcionada, pela legislação penal pátria ao disciplinar taxativamente no artigo 29 que “quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas”. Partindo da exteriorização do referido dispositivo penal, é imperioso concluirmos que, todo ser humano que de qualquer forma concorre para a realização de um delito causa-o em sua totalidade e, por ele, se imputa integralmente o crime a cada um dos partícipes

Levando em consideração que todos que participam de uma atividade criminosa, são autores dela, a legislação evitou uma série de questões resultantes da adoção, pela lei anterior, de dispositivos que se referiam a autores, cúmplices, auxílio necessário, auxílio secundário, induzimento, mandato etc.

Entretanto tal premissa poderá ser exaustivamente criticada, devido à intensa complexidade de se estabelecer a realidade da “equivalência das condições”, bastante discutível, como das próprias exceções da lei, que estabelece, apesar da utilização do princípio unitário, algumas causas de agravação e atenuação da pena.

Para a teoria pluralista, no concurso de pessoas não ocorre apenas pluralidade de pessoas, mas também de crimes. De acordo com a argumentação externada pela teoria pluralista cada um dos participantes da figura típica materializa um crime próprio, autônomo, proporcionando desta forma, um elemento psicológico próprio, um evento naturalístico próprio, concluindo se assim que cada agente necessariamente deverá responder por delito próprio.

Desta forma para a integral consubstanciação da teoria pluralista é indispensável à multiplicidade de agentes e a pluralidade de crimes. Cada agente será responsabilizado criminalmente por uma infração penal própria, e punível em inegável consonância com seu significado anti-social. Distingue preponderantemente da teoria unitária, devido ao seu caráter eminentemente subjetivo, enquanto a teoria unitária se manifesta essencialmente no aspecto objetivo.

Entretanto a falha apontada nesta teoria é a de que a participação dos variados agentes não se exterioriza de maneira autônoma, mas convergem para uma ação única, já que inegavelmente a eclosão do evento, deriva fundamentalmente de todas as causas diversas.

Para a corrente dualista, no concurso de pessoas existe um crime para os autores e outro para os partícipes. Desta forma o delito poderá ser dividido entre a ação principal, que é a conduta desenvolvida pelo autor do crime, o que promove a incidência do acontecimento típico, e ações secundárias, acessórias, que são as realizadas pelas pessoas que instigam ou auxiliam o sujeito ativo a promover o crime.

Entretanto, é importante levarmos em consideração que o crime é um só fato e que, por vezes, a ação do executor é menos importante que a do partícipe (casos de mandato, de coação resistível etc.). Ressalte-se ainda que tal corrente doutrinária não terá qualquer aplicação nos casos de autoria mediata.

A teoria adotada pelo ordenamento jurídico pátrio é a unitária, pois o estatuto penal quando se refere à questão preceitua:

Art. 29, CP: Quem de qualquer modo concorre para o crime incide nas penas a estes cominadas

Desta forma o dispositivo emprega a expressão crime no singular, caracterizando indiscutivelmente que todos os concorrentes respondem por um evento típico único.

Apesar da existência de incontáveis críticas referentes à teoria unitária, devido basicamente a reiterações de decisões manifestamente injustas, o legislador procurou regras precisas para distinguir a autoria e participação. Deve-se salientar que a predominância da teoria unitária se impõe como requisito imprescindível para consubstanciar um ordenamento jurídico revestido de maior segurança e certeza, a referência da culpabilidade é uma consequência imediata do princípio que ilumina todo o quadro do concurso e introduz uma autêntica restrição contra os excessos que poderia acarretar uma interpretação literal da legislação criminal. Embora a lei, não distinga expressamente a co-autoria da participação, essa delimitação é revelada, por exemplo, no artigo 62, IV, do Código Penal<sup>5</sup>, que se refere à execução (e, portanto, à autoria ou co-autoria) e à participação no crime mercenário.

#### **1.4.1 EXCEÇÕES PLURALÍSTICAS DA TEORIA UNITÁRIA**

Tal corrente se caracteriza preponderantemente pela equiparação que confere aos participantes do empreendimento criminoso. Sendo desta forma o evento naturalístico único e indivisível, e proporcionando a nivelação das causas antecedentes, o fato é encarado como um só, consubstanciando um único delito.

Entretanto, em algumas hipóteses fáticas o estatuto criminal recepcionou a teoria pluralística, em que a conduta do terceiro necessariamente deverá consubstanciar figura típica diversa. Desta forma existirá um crime do autor e outro do partícipe, sendo que ambos são descritos na legislação como delitos autônomos. São casos:

- 1) O artigo 124 do Código Penal, em sua segunda parte descreve a situação do agente consentir que outrem lhe provoque o aborto, ademais o artigo 126 da legislação penal discorre sobre a conduta de “provocar o aborto com o consentimento da gestante”. Desta forma se incluirmos o artigo 124, 2º parte, é coativa a conclusão que a gestante deverá ser responsabilizada como co-autora ou partícipe do evento naturalístico previsto no artigo 126; todavia, se o referido dispositivo ser excluído, o agente causador da infração penal será considerado partícipe ou co-autor da situação descrita no artigo 124, 2º parte. Todavia, a legislação penal discorre sobre duas situações típicas distintas quando, pela adoção da corrente unitária, deveria existir um único crime.

---

<sup>5</sup> Art. 62, CP: A pena será ainda agravada em relação ao agente que:

IV – executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa.

**Vox Forensis, Espírito Santo do Pinhal, v. 2, n. 3, Jul./Set. 2009**

- 2) O sujeito casado que contrai nova união conjugal responde pelo crime de bigamia (artigo 235 caput). Entretanto a mulher solteira que contrai matrimônio com a pessoa casada, tendo amplo conhecimento da circunstancia impeditiva, deveria em tese responder como co-autora pela situação descrita no caput, do referido dispositivo penal. Todavia para efeitos de punibilidade, a sua conduta deverá ser tipificada à descrição legal do artigo 235 & 1.º, do Código Penal.
- 3) Crimes de corrupção ativa e passiva (Código Penal, artigos. 333 e 317). Pois em tal acontecimento típico a conduta do particular que oferece vantagem para influenciar a atividade funcional do servidor público, deverá ser enquadrada no delito de corrupção ativa (artigo 333, Código Penal), em contrapartida, a conduta do funcionário publico que recebe vantagem, para a prática ou abstenção de ato funcional deverá ser enquadrada no crime de corrupção passiva (artigo 317 do Código Penal).
- 4) Falso testemunho e corrupção de testemunha (artigos. 342 e 343 do Código Penal)<sup>6</sup>

## **DA AUTORIA**

### **2.1 NOÇÕES GERAIS**

Quando a norma penal descreve um crime, a ameaça da sanção encontra-se voltada inicialmente ao agente que materializou o tipo penal. Desta forma será considerado autor no homicídio quem “mata” a vítima, pratica furto quem “subtrai” a coisa etc. O artigo 29 do Código penal, não distingue a priori entre o autor da conduta típica, e o que contribui para a efetivação da pratica delituosa, sem, no entanto praticar a ação prevista no núcleo do tipo penal, de tal sorte o referido dispositivo considera todos os concorrentes como autores da figura típica.

Entretanto tal distinção está, na natureza das coisas, ou seja, na espécie diferente de causas do resultado por parte de dois ou mais agentes, devendo ser assinalada a distinção entre autor, co - autor e partícipe. Todavia o ordenamento jurídico faz distinção entre autoria e participação ao estabelecer a sanção pelo crime menos grave quando o agente “quis participar” deste e não do delito mais grave praticado (artigo 29, & 1º), referindo, de maneira inequívoca ao grau de colaboração do agente para a realização do evento ilícito.

---

<sup>6</sup> Art. 342, CP: Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou interprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:

Pena – reclusão de um a três anos, e multa.

Convém dizer que a doutrina penal prevê a incidência dos chamados crimes próprios, nestes obrigatoriamente o sujeito ativo deverá ser portador de uma capacidade especial, para praticar a ação prevista na norma penal (ser funcionário público, médico etc.) Porém é indispensável ressaltar que os delitos próprios poderão ser materializados por meio de co-autoria e participação, para juízo de punibilidade basta que os concorrentes preencham os componentes subjetivos do tipo, e tenham consciência da qualidade do autor.

Faltando tal consciência e se tratando de crime funcional próprio (prevaricação, concussão etc.), os concorrentes não serão responsabilizados criminalmente pela ocorrência da figura típica, todavia se o evento ilícito tiver natureza de crime funcional impróprio (peculato, violência arbitrária etc.), devem ser responsabilizados pelo crime menos grave diante do disposto no artigo 29, & 2º, Código Penal.

Ocorrendo evento delituoso que está envolvida uma pessoa jurídica, não basta somente a condição de sócio ou gerente para que o agente seja responsabilizado, é imprescindível que o sujeito tenha contribuído de alguma forma para a eclosão do evento, como também atuado com elemento subjetivo próprio (dolo ou culpa). Nunca é demais salientar que no ordenamento jurídico pátrio, a pessoa jurídica não terá imputabilidade criminal, visto ser fisicamente impossível um ente ficcional agir com dolo ou culpa (elemento subjetivo) ademais seria fisicamente impraticável submeter à pessoa jurídica a muitas das penas previstas na legislação penal. Entretanto, tal premissa apresenta recente exceção, pois a lei dos crimes contra o meio ambiente prevê hipóteses que a pessoa jurídica terá imputabilidade criminal, tendo como sanção neste caso, a reparação do dano provocado ao meio ambiente.

## **2.2 TEORIAS SOBRE A AUTORIA**

### **2.2.1 TEORIA RESTRITIVA**

A referida corrente doutrinária recepcionou o critério formal- objetivo, desta forma é considerado autor aquele que efetua a conduta prevista no núcleo da norma penal, ou seja, o autor pratica a ação principal prevista no tipo legal. De tal sorte será considerado autor no delito de homicídio, o agente que “mata” outro ser humano, no estelionato o agente que obtém a vantagem ilícita em prejuízo alheio, etc.

Tal critério é denominado formal - objetivo, porque se vincula unicamente a descrição típica para delimitar a conceituação de autoria. Todavia, tal teoria representa forte equívoco, pois de acordo com seus termos o mandante de um delito não poderia ser considerado seu

autor, visto que o mesmo não materializou a condutas previstas no núcleo do tipo penal (quem manda matar, não mata, logo, não realiza o verbo núcleo do tipo).

Pela mesma perspectiva interpretativa, se um agente segura a vítima enquanto outro com ela mantém conjunção carnal, ambos deverão ser considerados autor do estupro, já que a descrição típica do artigo 213<sup>7</sup> tem como ação a conduta de “constranger” (forçar a mulher a praticar conjunção carnal), e não a de “manter conjunção carnal”. Partindo desta premissa, é possível se dizer que a mulher poderia ser em tese co - autora do delito de estupro.

Entretanto, analisando por outro lado, partícipe é aquele que mesmo sem materializar a conduta típica prevista na norma penal, contribui de qualquer maneira para a eclosão do evento naturalístico descrito na lei, mediante a exteriorização de condutas distintas da ação principal descrita na norma penal incriminadora. Seguem essa teoria: ANIBAL BRUNO, HELENO CLAUDIO FRAGOSO, JOSE FREDERICO MARQUEZ E DAMASIO DE JESUS. (embora este adote a teoria do domínio do fato como critério complementar e coexistente com o da teoria restritiva).

Já ALBERTO SILVA FRANCO, faz críticas a teoria restritiva, devido a sua insuficiência para a aplicação em casos concretos, argumentando basicamente que seria perfeitamente admissível considerar meros participantes, porque não realizam nenhuma unidade executiva das ações típicas, o chefe de uma quadrilha de traficantes de tóxicos que tem o comando e o controle de todos os que atuam na empreitada criminosa, ou o líder de uma organização mafiosa que atribui a seus comandados a tarefa de eliminar o chefe da gangue rival? Seria razoável denominar como participe quem, para materialização física de um evento tipificado se serviu de um menor que agiu sem imputabilidade criminal? (Código Penal e sua interpretação jurisprudencial, 5.<sup>a</sup> edição, São Paulo, Revista dos tribunais, página . 344). Na sua concepção, eles são autênticos autores, pelo domínio que exercem sobre a realização do fato típico.

### 2.2.2 TEORIA EXTENSIVA

Tal corrente adotou a concepção material- objetiva, desta forma será considerado autor não somente o agente que pratica a conduta positiva ou negativa prevista na norma incriminadora, mas como também quem de qualquer forma, contribui para a eclosão do ilícito penal, não levando em consideração o grau de relevância da cooperação do agente, para a realização da atividade criminosa. Desta forma é necessário apenas que o agente

---

<sup>7</sup> Art. 213, CP: Constranger mulher á conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça  
Pena – reclusão, de seis a dez anos.

tenha praticado qualquer conduta, que contribui para a realização do fato, para ser denominado autor.

Todavia, tal corrente não poderá ser recepcionada em nossa legislação, pois omite o fato que nem sempre será considerado autor aquele que contribuí com uma conduta causal para a produção do resultado, e que a própria norma penal aduz expressamente, consequência punitiva distinta para o concorrente que quis participar de crime menos grave, daquele que teve participação mais relevante, para a incidência da atividade delituosa.

Por derradeiro, tal corrente doutrinária viola inequivocamente o princípio da “nulla poena sine lege” por consubstanciar toda conduta que causa um resultado como autoria. É imperiosa a menção que em decorrência direta da inaplicabilidade prática da respectiva teoria, é que a mesma não prevalece no estatuto penal pátrio, tendo sido outrora adotada pela legislação revogada pela reforma penal de 1984 (Código Penal anterior, artigo 25).

### **2.3.3 TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO**

Adotou um critério objetivo- subjetivo, partindo da premissa que o autor deverá ser conceituado, como o agente que possui controle sobre a realização da figura típica, exercendo o domínio da atividade criminosa em toda a sua amplitude, e com a plenitude para deliberar sobre a execução, circunstâncias e interrupção do acontecimento típico. Desta forma o autor possui o poder de decisão sobre a realização do fato. Ademais não tem importância prática a conduta prevista na norma penal, pois o que a legislação exige é a liderança em relação à materialização da empreitada criminosa, acarretando conhecimento dos atos executórios, e consciência da produção do resultado.

Desta forma, poderemos mencionar que, o mandante, embora não pratique a conduta típica prevista na lei penal, deverá ser considerado autor, uma vez que possui amplo controle executivo da atividade criminosa, interferindo materialmente neste a realização dos atos executórios, até a consumação do delito.

Em perfeita consonância com a referida corrente doutrinária, pode discorrer que é imprescindível que no caso concreto, o sujeito possua controle subjetivo do fato e atue nos estritos termos dessa situação. A diferenciação do autor do mero partícipe pelo domínio finalista, é que o último limita-se a colaborar no fato, dominado amplamente pelo autor de modo finalista, ou determina a sua produção.

A teoria do domínio do fato promove a identificação quem seja o autor ou partícipe pela relação de direção exercida em relação ao acontecimento típico, desta forma o autor é o que exerce inequívoco poder de domínio sobre as condutas incriminadas, exteriorizando tal direção até em práticas interruptivas da ação típica; e será partícipe aquele que embora

colaborando diretamente ou indiretamente para a eclosão do evento naturalístico, não possui qualquer espécie de comando sobre a empreitada criminosa.

Convém ressaltar para efeitos meramente informativos, que a teoria do domínio do fato adotou expressamente a conceituação de um “autor intelectual”, pois neste caso o referido concorrente não realiza o verbo do tipo, mas planeja toda a ação delituosa liderando e dirigindo a participação dos demais concorrentes, visto que detém o controle final do fato até a sua consumação, determinando a prática delitiva.

Partindo da respectiva premissa, a legislação penal pátria recepcionou para a delimitação da autoria, a teoria restritiva, desta forma será considerado autor do crime o agente que materializa a conduta típica descrita na norma incriminadora, todavia, todo sujeito que mesmo sem praticar a conduta típica, contribui materialmente ou moralmente para a eclosão do evento, será denominado partícipe.

Os artigos 29 e 62 do Código penal fazem distinção entre autor e partícipe. Assim o artigo 62 do Código Penal, agrava a pena em relação ao agente que executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de pagamento. Desta forma poderemos mencionar que o agente que promove a efetivação dos atos executórios da atividade criminosa, receberá a alcunha de autor; quem induz, instiga ou auxilia considera-se partícipe.

Partindo da adoção da teoria do domínio do fato, é perfeitamente razoável a divisão da autoria em três grandes grupos:

- a) Autoria propriamente dita: é o executor, ou seja, aquele que realiza o núcleo da ação típica (o verbo do tipo);
- b) Autoria intelectual: quem coordena a efetivação da empreitada criminosa sem, no entanto, realizá-la materialmente (não pratica o verbo núcleo do tipo, mas lidera e coordena os atos executórios materializados pelos demais agentes).
- c) Autoria mediata: é o sujeito que realiza a conduta típica prevista na norma penal, através de alguém que atue sem culpabilidade no caso concreto, desta forma o autor mediato executa a ação típica, servindo como instrumento de um terceiro do qual “abusa”, a fim de obter que a realize materialmente, é aquele que de forma consciente faz atuar por ele o outro cuja conduta não reúne todos os requisitos para ser punível.

Convém ressaltar que o autor intelectual não é autor, mas partícipe, porque não irá promover a conduta típica prevista na norma penal, desta forma é imperiosa conclusão que em completa harmonia com o conteúdo exposto, ocorrerá apenas duas formas de autoria: a direta (exemplo: o próprio agente “mata” a vítima no homicídio), e a autoria mediata (exemplo: o autor entrega um revólver a um louco e o manda assassinar alguém.). Neste



caso podemos dizer que quem praticou o homicídio foi o autor mediato, que se serviu do executor como mero instrumento.

### **2.3 CO-AUTORIA**

Inicialmente para efeitos meramente didáticos devemos mencionar que o concurso de pessoas poderá se realizar por intermédio de co-autoria e de participação. Co-autor é o agente que executa, juntamente com outras pessoas, a conduta positiva ou negativa que consubstancia a infração penal. Desta forma se dois agentes invadem um domicílio, com o intuito de subtrair uma televisão, serão considerados co - autores do crime de furto (artigo 155 do Código Penal), a co-autoria é, em última análise, a própria autoria. A co-autoria é baseada fundamentalmente na repartição de tarefas entre os sujeitos na atividade criminosa, cada autor colabora com uma parte da figura típica, a parte dos demais, na totalidade do delito e, por isso, responde pelo todo.

Para a caracterização da co-autoria não é indispensável o requisito da contribuição efetiva de cada agente em cada ato executivo da infração penal, podendo expressamente ocorrer uma repartição de tarefas entre os co-autores. Entretanto, é fundamental para a configuração da co-autoria a existência de um liame psicológico entre os agentes da infração penal, ou seja, a consciência que todos contribuem para a eclosão de um evento naturalístico comum.

Desta forma o agente que contribui para a realização do tipo também será responsabilizado criminalmente pelas qualificadoras ou agravantes de essência objetiva quando tem plena consciência desta e a aceita como possível. Já se decidiu, por exemplo, que é co-autor de roubo qualificado por lesão grave o agente que, na realização do crime, tinha o domínio do fato criminoso para a realização conjunta da conduta típica, dentro do desdobramento físico da contribuição material, e do prévio ajuste de vontade, ainda que outro co-réu tenha sido o único autor dos disparos feitos contra a vítima.

Inexistindo o pressuposto subjetivo entre os agentes da infração penal, ou seja, a plena consciência que a integralidade dos agentes visam a produção de um resultado em comum, não haverá concurso de pessoas, restando a autoria colateral (ou co-autoria lateral ou imprópria). Caso duas pessoas, concomitantemente, e sem conhecimento da conduta uma da outra, dispararem contra a vítima, responderão cada uma por uma figura típica se os disparos de ambas forem causas da morte. Entretanto, se na hipótese fática for possível comprovar qual disparo acarretou a morte da vítima, o outro agente responderá por tentativa de homicídio. Porém o que é mais plausível concretamente é a existência de uma controvérsia insanável quanto à causa da morte, ou seja, sobre a autoria, a solução nesta

hipótese deverá se nortear pelo princípio penal in dubio pro réu, punindo-se ambos os agentes por tentativa de homicídio.

Assim sendo na co-autoria o agente poderá perfeitamente concretizar parte da descrição legal do crime, ainda que, no último caso, não seja típica a conduta perante o verbo, deste que inequivocamente presente o vínculo psicológico entre os agentes. Simplificando a co-autoria poderá receber a alcunha de prática comunitária do crime, cada um dos agentes possui o poder de decisão sobre a realização do fato conjuntamente com os demais co-autores, com os quais tem plano comum de distribuição de atividades, pressuposto este essencial para a perfeita delimitação da co-autoria.

A co-autoria poderá ser direta quando todos os agentes da atividade criminosa materializam a conduta típica. Exemplo: diversas pessoas invadem um domicílio alheio, com a finalidade de subtrair uma televisão, tipificando desta forma o delito de furto (artigo 155 Código Penal), contudo, a co-autoria poderá ser parcial, sua principal característica é o fracionamento dos atos executórios que compõem o tipo penal, tratando-se assim do denominado “domínio funcional do fato”, devido a repartições de funções entre os sujeitos da infração penal.

Os atos executórios do “iter criminis” são distribuídos entre os diversos autores, de modo que cada agente ficará responsável pela materialização de uma conduta, visando à produção do resultado comum. Entretanto no cotidiano prático é muito freqüente a existência de contribuições distintas dos agentes na atividade criminosa, constituindo partes e dados de junção da ação coletiva, de maneira que fatalmente a ausência de uma acarretaria a desintegração do delito. É por isso que cada um mantém o domínio funcional do fato. Exemplo, no crime de roubo é muito comum à repartição de tarefas entre os criminosos, desta forma enquanto, um os mais agentes empregam violência para subtrair um bem da vítima, os demais auxiliam na fuga, ou permanecem vigiando o local; no homicídio um agente atrai a vítima para a emboscada, e o outro comparsa efetua os disparos proporcionando a morte da vítima.

Entretanto para a integral caracterização da co-autoria parcial, é imprescindível que exista um nexo de causalidade entre a conduta de cada agente, e a produção do evento naturalístico, caso contrário ocorrerá participação. Assim no exemplo do homicídio, o provocador da emboscada será co-autor ou partícipe, segundo a sua contribuição causal. Se caso, não tivesse atraído o sujeito passivo para a emboscada, não se consumaria o homicídio deverá ser considerado co-autor, entretanto, se a sua ação não for a causa determinante para a realização do homicídio deverá ser considerado partícipe.

Porém tal critério da causalidade, não poderá ser adotado, uma vez que somente é possível a recepção da autoria da causalidade na chamada autoria direta. Exemplo, no crime de roubo será considerado co-autor ou partícipe o vigia ou o motorista, dependendo da

presença do domínio final do fato, e não do nexó de causalidade material, desta forma, ainda que não causal, a contribuição do partícipe é penalmente relevante, se facilitou à produção da figura típica comum.

A co-autoria poderá ser simples, quando dois agentes realizam a conduta típica prevista na norma penal. Exemplo: dois agentes desferem “facadas” contra a vítima, a co-autoria poderá ser complexa, quando ocorre um executor e outro co-autor intelectual ou funcional.

Já o co-autor poderá ser subdividido em direto, se ele for um dos agentes que materializam a conduta típica, intelectual, no fracionamento de tarefas, é autor da idéia delituosa (caso do mandante que detém o domínio do fato) ou lhe incumbe organizar o plano criminoso, funcional, cabendo-lhe na atividade ilícita, promover fração da conduta tipificada.

### **2.3.1 CO-AUTORIA EM CRIME CULPOSO**

È completamente possível a existência do concurso de pessoas em crime culposó, porém é fundamental a incidência de um liame subjetivo entre dois ou mais agentes para a prática da conduta culposa, não sendo necessário estritamente tal vínculo em relação ao evento naturalístico, desta forma existindo um nexó de causalidade entre a atuação culposa dos sujeitos, e o resultado os agentes deverão ser responsabilizados criminalmente. Exemplo: serão considerados co-autores, o motorista que transita com o seu veículo em atividade excessivamente alta por uma avenida, e o passageiro o instigou a tal; duas pessoas que efetuam reparos numa via pública, não sinalizando devidamente o local proporcionando desta forma um acidente; dois empregados que deixam cair imprudentemente uma tábua do andaime, ferindo um transeunte.

Nunca é demais mencionarmos para fins meramente ilustrativos, que o crime culposó é um tipo aberto, ou seja, a norma penal descreve um resultado, contudo, a conduta proibida deverá ser apreciada pelo magistrado em consonância com o dever objetivo de cuidado, ademais poderemos concluir que a configuração do tipo culposó advém necessariamente da produção de um evento típico, e da inobservância do dever de cuidado exigível do agente tornando-se assim a conduta antijurídica.

È de vital relevância a exposição que o concurso de pessoas no delito culposó contrasta frontalmente daquele previsto nos tipos dolosos, pois o primeiro é baseado apenas na contribuição da causa, sendo necessário desta forma um nexó de causalidade, entre cada conduta e o resultado descrito na norma penal, contudo, não existirá um vínculo subjetivo entre os agentes para a produção do resultado, visto que este ocorre de forma alheia à vontade dos agentes. Partindo da respectiva premissa poderemos concluir que autor é todo

aquele que causa culposamente o resultado, desta forma é impossível a existência de participação nos ilícitos culposos.

Desta forma o concurso de pessoas nos delitos culposos, somente poderá se materializar por intermédio de co-autoria, porque necessariamente os concorrentes deverão praticar a conduta típica, concretizando o tipo penal pela inobservância do dever objetivo de cuidado, não efetivando meramente uma conduta que, em si mesma, seria penalmente irrelevante.

Poderemos citar como um exemplo prático de co-autoria em crime culposos, o caso do pai, que imprudentemente entrega a chave de um veículo ao seu filho menor de idade, violando com tal conduta gravemente os dispositivos do Código Brasileiro de Trânsito, e desrespeitando grosseiramente o dever de cuidado, imposto legalmente a um pai. No acontecimento fático o genitor deverá ser responsabilizado criminalmente, por eventual resultado que o motorista venha a produzir com culpa. Não obstante havendo, no caso concreto a previsibilidade de resultados, morte ou lesão corporal, é perfeitamente razoável a imputação do pai como co-autor em delito culposos.

Entretanto, é imprescindível a completa distinção entre a pluralidade de agentes nos ilícitos penais culposos, da concorrência de causas em que dois ou mais agentes visam à realização de um resultado, sem que exista um liame subjetivo entre os agentes, ou seja, a consciência que ambos atuem almejando um fim comum. Desta forma, numa colisão entre veículos em que dois ou mais motoristas atuaram com imprudência, visando causar a morte de terceiro, não ocorrerá concurso de pessoas, mas tão somente culpas concorrentes. Desta forma para a integral delimitação do concurso de pessoas em tipos penais culposos, é necessário a existência de um vínculo psicológico entre os sujeitos da infração penal, aderindo conscientemente a conduta culposa de outrem.

Ademais, não é possível a incidência de participação dolosa em crime culposos, sendo cada agente responsabilizado nos estritos termos de seu elemento subjetivo. Exemplo; A, instiga B para que este imprudentemente acelere o seu veículo, nas imediações de uma avenida de grande circulação, com a finalidade de que seja atropelada uma pessoa que pilota uma bicicleta e que este odeia. No caso do atropelamento, não haverá concurso de agentes, respondendo A por crime doloso e B por crime culposos. Um farmacêutico deixa abandonado por distração um veneno que um terceiro subtrai para matar alguém, em tal hipótese fática também ocorrerá dois crimes distintos, faltando em ambos os exemplos, o pressuposto elementar da homogeneidade do elemento subjetivo.

Por derradeiro é coativa a exposição, que a punibilidade da participação advém de forma inquestionável, da aplicação do fenômeno da tipicidade indireta, ou seja, é necessário que se complete o tipo penal com outras normas jurídicas oriundas da parte geral do código penal, em decorrência lógica e imediata do respectivo princípio, poderemos dizer que a

conduta do participante, que a norma de extensão transforma em típica, funciona para o efeito de enquadramento indireto do tipo como aquelas condutas criminosas que a descrição na norma penal incriminadora contém tão somente elementos subjetivos. Assim sendo o liame psicológico que une, o partícipe da empreitada ilícita é requisito irremediável para que a conduta acessória se transforme em uma ação tipificada. Se a norma de extensão considere como típicos os fatos preliminarmente denominados atípicos do partícipe, para que estes sejam atos próprios do agente, necessário é o elemento subjetivo.

## 2.4 AUTORIA MEDIATA

Como já foi exposto por inúmeras vezes no presente trabalho, autor não é tão somente o agente que materializa a conduta positiva ou negativa prevista taxativamente na norma criminal, mas quem consegue a exteriorização dos atos executivos da atividade criminosa por intermédio de terceiro que age sem culpabilidade, tal fenômeno é denominado autoria mediata.

Poderemos citar como exemplo de autoria mediata a hipótese fática do agente que pretendendo danificar o automóvel de seu inimigo estacionado nas circunscrições, entrega uma barra de ferro a um indivíduo portador de insanidade mental, e o instiga a golpear o veículo, ou na hipótese em que uma pessoa não possui plena consciência da realização do crime (ex: a enfermeira, por ordem do médico, ministra um veneno ao paciente supondo se tratar de um medicamento). Desta forma poderemos concluir que nos respectivos exemplos, não ocorrerá concurso de agentes, mas apenas um autor mediato, pela realização indireta do fato típico.

Convém ressaltar que é impraticável a incidência de autoria mediata, nos chamados crimes mão própria, visto que, devido a sua característica essencialmente personalíssima, é impossível o agente praticar a conduta típica por intermédio de outrem (Exemplo; crime de falso testemunho), entretanto é perfeitamente razoável a participação nos denominados crimes de mão própria como, também, nos crimes e contravenções de mera conduta.

Outra característica de imensurável relevância no instituto da autoria mediata consiste em que o domínio do fato pertence unicamente ao autor e não do executor, desta forma a liderança, o planejamento e a coordenação da empreitada criminosa estão submetidos à esfera de atuação do autor mediato, já o executor limita-se tão somente a materialização dos atos executórios da atividade típica.

Diante do exposto poderemos dizer que a autoria mediata exige necessariamente para a sua integral delimitação a pluralidade subjetiva de agentes, contudo, tal enquadramento poderá conter pessoas que não praticam o fato procedendo com culpabilidade. Suponha-se

que o agente influencie outra pessoa, por intermédio de erro essencial, a realização de determinados atos executórios, imprescindíveis para a efetivação da figura tipificada; como no caso do dono de uma quitanda, visando à morte de seu vizinho, induza a erro a sua funcionária, a promover a venda de substância venenosa em vez de açúcar, desta forma o dono do estabelecimento será considerado mentor e idealizador do ilícito, sendo o único responsabilizado criminalmente.

A autoria mediata pode resultar de:

- 1) ausência de imputabilidade penal: Exemplo - caso do menor de idade que devido preponderantemente a sua condição de inimputável, é induzido por outro agente a invadir domicílio alheio para a efetivação do delito de furto;
- 2) inimputabilidade por doença mental: caso do louco induzido a prática de um homicídio;
- 3) coação moral irresistível: em que o executor se encontra submetido moralmente à vontade do coator, desta forma podemos dizer que o executor nada mais é do que um instrumento, de que o coator se serve para a materialização da figura típica;
- 4) erro de tipo escusável determinado por terceiro: em que o executor pratica o fato induzido a erro essencial; excludente da tipicidade;
- 5) obediência hierárquica<sup>8</sup>: Exemplo: caso de um tenente que almejando a subtração do armamento de um quartel, ordena a um soldado que este promova o furto do equipamento militar da guarnição, neste caso concreto o superior hierárquico emite a ordem deverá ser considerado autor mediato do ilícito.

É necessária à explanação que, na autoria mediata não ocorrerá concurso de agentes entre o autor mediato, e o executor material da conduta típica, todavia, é possível a existência de participação entre o autor mediato e terceiro Exemplo; o terceiro induz o autor mediato a servir-se de outrem para a execução do fato criminoso. Ressalte ainda, que a doutrina consagra a hipótese de co-autores mediatos.

Algumas correntes doutrinárias defendem a extensão da aplicabilidade da autoria mediata, nos casos em que o autor direto do fato típico pode invocar uma causa excludente da antijuridicidade que não abrange o partícipe. É a hipótese concreta da provocação em uma situação de legítima defesa em favor do autor direto de boa fé, pelo instigador procedendo com animo lesivo, contra o agressor. Desta forma o instigador não poderá ser punido a título de participação, pois a conduta principal, embora constitua fato típico, não é antijurídica.

---

<sup>8</sup> Art.22, CP: Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

A característica preponderante do instituto da autoria mediata é a conduta de extremo abuso praticada pelo autor mediato em relação ao executor da ação tipificada, visto que o primeiro é o verdadeiro mentor da atividade criminosa, e coordena toda a materialização dos atos executórios, e o executor não possuindo qualquer domínio sobre a realização do fato criminoso, limita-se unicamente a obedecer às instruções materiais formuladas pelo autor mediato.

Saliente-se ainda, que a responsabilidade do autor mediato, na efetivação de uma conduta amparada legalmente por uma das causas excludentes da ilicitude, surgirá necessariamente, quando o instigador tem domínio sobre o fato e a causa de justificação. Em decorrência imediata da respectiva premissa, será denominado autor mediato no delito de homicídio quem provoca, em prejuízo do agressor, uma circunstância de legítima defesa em benefício de terceiro, do qual se aproveita para a execução dos atos executórios da figura tipificada.

Todavia, somente sob o ângulo de que o instigador possui integral controle sobre a realização do fato, é que podemos enquadrar a atuação do respectivo sujeito, como autor mediato da infração penal. O referido instituto criminal pode ainda se consumir através de um agente que atue em estrita observância aos dispositivos do ordenamento jurídico, como no exemplo exposto: A, incita B, ébrio ou débil mental, a quem deseja eliminar, agredir C; este mata aquele em legítima defesa.

## **2.5 AUTORIA COLATERAL**

Como visto anteriormente no presente trabalho, para o fenômeno do concurso de pessoas se materializar em toda a sua plenitude, é imprescindível a existência de um liame psicológico entre os sujeitos da infração penal, ou seja, é absolutamente necessário que ambos os contendores tenham plena consciência que atuam almejando a realização de um evento naturalístico em comum. Contudo, inexistindo o referido pressuposto estaremos diante de uma situação jurídica denominada autoria colateral.

Poderemos expor como exemplo de autoria colateral a situação em que A e B, visando eliminar C, com tiros de espingarda, planejam uma tocaia, ignorando, no entanto um o comportamento do outro. Ambos atiram contra a vítima, que vem a condição de óbito exclusivamente em consequência dos ferimentos causados pelos projéteis disparados pela espingarda de A. Em tal situação descrita, devido à inexistência do vínculo psicológico entre os respectivos executores, não ocorrerá co-autoria nem participação, desta forma A, será imputado criminalmente pela prática do delito de homicídio, e B, por tentativa. Se ambos os agentes tivessem consciência da intenção do outro, responderiam por homicídio consumado

por intermédio de co-autoria, entretanto, se a morte da vítima não se consumar ambos os agentes serão responsabilizados penalmente por tentativa de homicídio, em virtude imediata da aplicação do princípio criminal “in dubio pro réu”.

## **2.6 AUTORIA INCERTA**

Tal fenômeno é oriundo da autoria colateral, pois se nesta, não for possível a averiguação da conduta que foi determinante para a produção do resultado, estaremos diante do instituto jurídico alcunhado autoria incerta. Suponha-se que dois sujeitos almejando matar a vítima a tiros de revólver, preparam uma emboscada, todavia um desconhece o desígnio do outro. Ambos os agentes efetuam concomitantemente disparos em suas respectivas armas, a vítima é alvejada e, posteriormente em decorrência imediata dos ferimentos vem a morrer, contudo, no caso concreto é impossível distinguir qual disparo acarretou o evento. Preliminarmente algumas correntes doutrinárias defendem que ambos os contendores deveriam ser imputados pela prática de homicídio consumado, todavia, a respectiva argumentação deve ser reprimida visto que, um agente executor de mera tentativa, seria injustamente punido pelo ilícito mais gravoso. Absolver ambos os agentes seria indiscutivelmente reprovável, pois os sujeitos visavam à consumação da atividade tipificada, desta forma a única posição doutrinária que ostentou alguma aceitação foi punir os dois agentes como autores de tentativa de homicídio, abstraindo-se o resultado, cuja autoria não se apurou.

A autoria incerta, não pode ser confundida com a autoria ignorada, visto que esta se caracteriza fundamentalmente, pela falta de conhecimento da identidade do idealizador da conduta típica, já na autoria incerta, o instituto da autoria está integralmente delimitado, contudo, a incerteza recaí sobre quem, dentre os executores da ação típica produziu diretamente o resultado previsto na norma penal incriminadora.

## **2.7 AUTORIA INTELECTUAL**

Na autoria intelectual o idealizador da empreitada criminosa, coordena e lidera todos os atos executivos da infração penal, constituindo unicamente a materialização do delito, como produto de sua criatividade. O autor intelectual atua como mero partícipe, da atividade criminosa, concorrendo para a incidência do delito sem realizar, no entanto a atuação prevista no núcleo da norma penal, outro traço marcante na autoria intelectual é que o executor tenha plena consciência da conduta típica que está praticando, e não pode dizer



que foi utilizado como instrumento de atuação, desta forma para efeitos de punibilidade na autoria intelectual dizemos que o executor será considerado autor principal, pois realizou a conduta tipificada, enquanto o mandante atua como partícipe, pela instigação, induzimento ou auxílio.

Podemos citar como um exemplo prático de autoria intelectual, o caso de um chefe de quadrilha que, mesmo sem materializar o comportamento típico, realiza o planejamento e a liderança de toda a empreitada criminosa. A legislação penal agrava a pena do autor intelectual, referindo taxativamente ao sujeito que “promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade criminosa dos demais agentes”. Tal premissa é baseada fundamentalmente, pela presunção de que o autor intelectual da ação tipificada possui um estágio de periculosidade mais exacerbado do que os demais agentes.

## **2.8 MULTIDÃO DELINQUENTE**

Inexistindo, a hipótese de associação criminosa (pessoas que se reúnem com a finalidade de planejar e executar uma conduta típica), é possível a prática do delito, por uma multidão delinqüente como nos casos de linchamento, depredações ao patrimônio público ou particular ou saques a propriedades alheias.

Convém ressaltar, que ocorrendo um crime materializado por uma turba indeterminada de pessoas, muitas vezes em virtude da anarquia generalizada que se instaura, é impossível a completa individualização de cada conduta, e inexeqüível averiguar qual ação deu causa ao resultado previsto na norma penal.

Desta forma serão responsabilizados criminalmente todos os integrantes da coletividade criminosa, pelos ilícitos que praticarem nessas situações, mas terão as penas atenuadas aqueles que cometeram o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocaram (artigo 65, III, e, Código Penal)<sup>9</sup>. A pena, por sua vez, será agravada para os líderes, os que promoveram ou organizaram a cooperação no crime ou dirigiram a atividade criminosa dos demais agentes.

## **PARTICIPAÇÃO**

### **3.1 CONCEITO**

Ocorrerá o fenômeno da participação, quando o agente mesmo não realizando diretamente os atos executórios, contribui moralmente ou materialmente para a eclosão do evento

---

<sup>9</sup> Art. 65, III, e CP: São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

e) cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não a provocou.

**Vox Forensis, Espírito Santo do Pinhal, v. 2, n. 3, Jul./Set. 2009**

naturalístico. Desta forma a conduta do partícipe será considerada uma atividade acessória, pois este não realiza diretamente a conduta tipificada, contudo, influencia drasticamente a atividade do autor, contribuindo para a formação do delito.

Saliente-se, no entanto, que a conduta do partícipe isoladamente não acarreta qualquer repercussão na órbita penal, tal ação somente se reveste de relevância quando o autor, ou co-autor passa a praticar os atos executórios que configuram a infração penal. O instituto criminal da participação nada mais é do que uma hipótese de enquadramento de subordinação ampliada ou por extensão, prevista na norma que torna importante qualquer espécie de contribuição que outorga o fenômeno da tipicidade em uma conduta que por si só é atípica, a grande característica da participação é a existência de um nexo de causalidade entre a conduta desenvolvida pelo partícipe, e o resultado descrito taxativamente numa norma penal incriminadora, outro pressuposto inerente ao fenômeno da participação é a existência de um liame psicológico entre o partícipe e os executores da ação tipificada, ou seja, é absolutamente necessário que o partícipe tenha plena consciência de que a sua conduta visa à realização de uma figura típica comum.

A doutrina do domínio final do fato delimita o conceito de partícipe, como aquele que realiza um comportamento que não se adapta ao verbo do tipo e não possui controle sobre a execução ou consumação do crime, seguindo a respectiva teoria podemos mencionar que o partícipe com a sua conduta acessória contribui consideravelmente para a eclosão da situação típica, por intermédio de induzimento, instigação ou auxílio material (a chamada cumplicidade).

Entretanto, é imperiosa a observação que o enquadramento da posição de partícipe no concurso de pessoas, não é delimitado tão somente pela vontade exteriorizada do agente, mas essencialmente pela contribuição material que o partícipe outorga para a produção do evento tipificado, nunca é demais lembrar que o partícipe não possui qualquer domínio sobre a realização do fato. Desta forma podemos dizer que o instigador não deixa de ser considerado como tal, ainda que possua inequívoco interesse da consumação do ilícito, se a possibilidade de materialização do tipo penal fica ao inteiro arbítrio do executor material desinteressado, mas que conserva o controle sobre a empreitada criminosa em sua totalidade, este último sempre necessariamente será denominado autor do fato típico.

Ademais, com a finalidade de aprofundarmos no instituto da participação, é coativa a explanação de que é perfeitamente possível à participação nas contravenções penais, poderemos enumerar como exemplo, prático a conduta de um pai que empresta as chaves do automóvel da família ao seu filho menor de idade, e conseqüentemente inabilitado para tal ato, ou a conduta do agente que instiga determinada pessoa, a se “atracar” com outra, consubstanciando de tal forma a contravenção penal “vias de fato”.

A doutrina penal prevê ainda, a chamada participação em cadeia, que se caracteriza pela cooperação na ação de um partícipe. Exemplo, A, instiga B a auxiliar C em um crime; A ajuda B a persuadir C para cometer a ação típica. Algumas correntes ainda discorrem sobre a alcunhada participação sucessiva (exemplo: após A instigar a B a matar C, D, que desconhece o anterior induzimento, instiga B a matar C), em tal caso, se a instigação de D for ineficiente porque B já se decidirá pelo homicídio, o segundo instigador não responde.

Por derradeiro, podemos formular uma distinção conceitual entre o autor, co-autor e partícipe. O autor necessariamente deverá ter amplo domínio sobre a realização da atividade delituosa; já o co-autor, o domínio funcional do fato, já o partícipe não possui qualquer domínio sobre a realização do crime, situando-se exclusivamente como um auxiliador da prática criminosa, desta forma o ilícito se encontra voltado unicamente ao desígnio do autor. O mandante será considerado autor intelectual e não partícipe, uma vez que possui controle em relação à efetivação do fato.

### **3.2 NATUREZA JURÍDICA DA PARTICIPAÇÃO**

A primeira controvérsia doutrinária sobre a respectiva área consiste na indagação se a participação constitui conduta acessória de outra principal. Discorrendo em relação a tal discórdia destacam-se duas teorias principais.

#### **3.2.1 TEORIA CAUSAL**

Tal teoria defende primordialmente a destruição da distinção entre agentes principais e secundários, sendo necessariamente unitária. Desta forma tal corrente argumenta que para a materialização de um evento naturalístico, é indispensável à incidência de diversos acontecimentos fáticos, que foram determinantes para a produção do resultado, tal premissa deriva-se fundamentalmente da adoção do princípio da equivalência das condições. Desta forma a realização do delito deriva da participação direta e imediata da conduta de todos os agentes, visto que cada um destes contribui moral ou materialmente para a eclosão do evento, não sendo exequível qualquer forma de diferenciação objetiva.

È impraticável a distinção entre os autores da descrição típica, ou seja, aqueles que efetivamente contribuem para a realização do delito, e partícipe que com a sua conduta favorecem a consumação de ilícito alheio. Discorre a referida teoria que o partícipe sob nenhum aspecto deverá ser responsabilizado pela ocorrência do delito alheio, mas por crime próprio, pois este delito é tão próprio em relação ao sujeito que promove de fato a execução das ações tipificadas quando ao que dá causa ao resultado de forma distinta.

Concluindo, para os adeptos da teoria causal, fica inegavelmente impossibilitada a diferenciação entre o autor principal e o acessório, pois, na hipótese fática, não se pode considerar a conduta desenvolvida pelo autor para a materialização da figura típica, como um pressuposto independente da ação exteriorizada pelo partícipe. Afirmam que tal vínculo, não é resultante de uma ação estritamente pessoal entre os sujeitos, mas obrigatoriamente de um liame real, em que a atividade criminosa, deriva preponderantemente de um esforço comum de todos os agentes, almejando de maneira incontestada e inequívoca a consumação do tipo penal. Desta forma a atividade delituosa apresenta uma característica essencialmente indivisível, por isso todos os agentes que de qualquer forma foram determinantes para a eclosão do evento deverão por este ser responsabilizado.

### **3.2.2 TEORIA DA ACESSORIEDADE**

Tal corrente doutrinária defende basicamente, que a participação é acessória de um fato principal, discorre fundamentada na respectiva premissa que os atos desenvolvidos pelo partícipe, não integram a ação descrita no núcleo de uma norma penal incriminadora, e, portanto, não sendo puníveis por si mesmos, a sua imputabilidade não pode deixar de ser uma acessão à punição ao executor do fato. Poderemos mencionar como exemplo da respectiva premissa, a hipótese de A instigar B a matar C. O fato cometido por B é punível, uma vez que se encontra descrito na legislação penal como crime de homicídio. Porém no caso concreto a conduta desencadeada por A, não se encontra consubstanciada pelo fenômeno da tipicidade, uma vez que a descrição legal do crime de homicídio, não faz referência a conduta de instigação. Desta forma para juízo de culpabilidade, a conduta do agente que participou da infração penal, somente poderá ser imputável, devido à relação de dependência que possui com a realização da conduta principal.

Ademais, para a integral configuração do instituto da participação, é imprescindível a ocorrência de uma conduta principal desenvolvida pelo executor da ação típica, pois se o crime não chega ao menos se iniciar, a conduta do partícipe não terá qualquer relevância na órbita do direito penal. Assim, há condutas auxiliares (tantas quantos sejam os partícipes) que, como circunstâncias, rodeiam a conduta principal (do executor da atividade tipificada). Em decorrência dos preceitos expostos pela teoria da acessoriedade, surge uma eminente controvérsia, como a conduta do partícipe poderá surtir efeitos jurídicos, se o ato não está contido na descrição de uma norma penal incriminadora? O respectivo preceito não estaria em confronto com o princípio da legalidade, no qual o agente somente poderá ser responsabilizado criminalmente se a sua conduta estiver descrita numa norma penal como fato criminoso? Exemplo, A, induz B a materializar o crime de lesão corporal. Se o tipo penal

vier a se consumar não resta dúvida, qualquer controvérsia que o idealizador da conduta será responsabilizado criminalmente pelo delito de lesão corporal, todavia, a conduta de A de instigar o agente a “agredir” a vítima não é prevista taxativamente no estatuto penal pátrio.

Tal problemática tem relação com o fenômeno da adequação típica. Esta cuida da subsunção da conduta ao tipo legal. Possui duas formas, basicamente a adequação típica de subordinação imediata, através do qual o comportamento típico se enquadra com a descrição fática prevista numa norma penal incriminadora, de forma direta, sem a necessidade de aplicação de qualquer outra norma jurídica, e da adequação típica de subordinação mediata.

Na adequação típica de subordinação extensiva, a conduta tipificada não se consubstancia de maneira incontroversa no preceito primário do tipo penal, havendo necessidade da aplicação de outro dispositivo contido na parte geral do estatuto penal, para a materialização da completa correspondência entre o fato, e a descrição fática descrita na lei. É o que ocorre na participação, em que, com o auxílio do artigo 29, Código Penal<sup>10</sup> há ampliação espacial e pessoal do resultado típico, abrangendo ela não tão somente os fatos descritos na norma penal incriminadora, mas atingindo todos os agentes que contribuindo materialmente ou moralmente, foram determinantes para a eclosão do evento tipificado. Desta forma o instituto da participação vai ampliar drasticamente o rol de agentes imputáveis.

Desta forma é perfeitamente razoável a exposição que, o tipo penal vai englobar essencialmente tanto a conduta principal, prevista no núcleo da norma penal, como a conduta acessória praticada pelo partícipe, que contribui consideravelmente para a concretização do ilícito penal. Em decorrência imediata da respectiva premissa, podemos denominar a disposição do artigo 29, caput, de regra de extensão, por intermédio do qual o tipo pune não só o fato de “subtrair”, mas também o de “induzir a subtrair”.

É notória a distinção entre o autor e o partícipe, pois o primeiro se configura preponderantemente em razão do tipo penal e a que se fundamenta a sua conduta, já o partícipe para a correspondência integral de seu comportamento, com a descrição do preceito primário de uma norma penal, é estritamente necessário à ampliação pessoal. Sem a configuração de imprescindível pressuposto, a conduta do partícipe não poderia ser imputada penalmente por constituir uma ação atípica.

---

<sup>10</sup> Art. 29, CP: Quem, de qualquer modo, concorre ao crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

& 1º Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

& 2º Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

Ressalte-se ainda que o ordenamento jurídico visa preponderantemente com os seus dispositivos desestimular que o homem pratique comportamentos criminosos, e promova ações que mesmo não constituindo condutas tipificadas, visam à eclosão de um fato ilícito, desta forma a norma jurídica proíbe visando uma pacificação social, tanto a conduta desenvolvida pelo executor, para a consumação da situação típica, tanto os atos desencadeados pelos partícipes que visam à cooperação para a prática de um ilícito penal.

O instituto da acessoriedade pode ser dividido em quatro classes:

a) acessoriedade mínima, basta que a conduta do partícipe aceda a um comportamento principal que constitua fato típico. Entretanto é imperiosa a menção que a referida teoria não possui qualquer aplicabilidade prática, visto que discorre, que a conduta acessória desenvolvida pelo partícipe somente terá relevância na órbita penal, se a conduta principal praticada pelo executor constituir um tipo de crime, no que se refere ao partícipe, o simples fato típico valeria como crime, todavia tal conclusão se apresenta escoimada de vícios, pois se a teoria da acessoriedade mínima fosse recepcionada por nosso ordenamento jurídico, o sujeito que induzisse outro a agir em legítima defesa, vindo a morrer o agressor, responderia pelo delito de homicídio, enquanto o executor da atividade típica estaria amparado legalmente por uma das normas permissivas de exclusão do tipo penal. Isso porque erroneamente a respectiva corrente doutrinária não exige que a conduta principal desencadeada pelo autor seja antijurídica, bastando-se unicamente a incidência do pressuposto legal da tipicidade.

b) acessoriedade extrema baseia-se fundamentalmente no conceito analítico da teoria do crime formulada por Basileu Garcia, desta forma para a sua completa consubstanciação é necessário que o comportamento principal constitua um fato típico, antijurídico e culpável. Contudo a teoria da acessoriedade extrema apresenta imperfeições, pois se seguirmos diretamente suas premissas devemos concluir que se o executor de uma ação típica ser inimputável, ou praticar o fato agindo por erro de proibição escusável, não ocorrerá o fenômeno da participação, pois na conduta principal não estariam presentes os requisitos da culpabilidade.

c) hiperacessoriedade-exige que em relação ao partícipe concorram ainda circunstâncias de agravação e atenuação que existem em relação ao autor principal, entretanto tal teoria não poderá ser recepcionada em nosso ordenamento jurídico, pois considera a relação entre o autor da conduta típica, e o partícipe indivisível, proporcionando de tal forma imensos equívocos para a delimitação da punibilidade dos respectivos agentes na atividade delituosa.

d) acessoriedade limitada, para a sua integral consubstanciação é imprescindível na conduta estejam presentes os requisitos da tipicidade e da antijuridicidade. Tal teoria foi

adotada em nosso ordenamento jurídico, pois para a punibilidade da participação basta tão somente que o evento praticado seja típico e antijurídico, não sendo obrigatório para juízo punitivo a incidência do pressuposto da culpabilidade. Assim mesmo que o autor da ação principal for inimputável, o partícipe deverá ser responsabilizado criminalmente se a sua conduta acessória contribuiu para a materialização do delito.

Para a configuração do fenômeno da participação, basta um vínculo causal entre a conduta secundária e a principal, e esta caracterizar uma situação típica e antijurídica. Entretanto, o simples pressuposto da tipicidade da conduta principal não é suficiente para a ocorrência da participação. Destarte é possível que a conduta desenvolvida pelo autor configure uma atuação típica, todavia tanto este como o partícipe não será imputado penalmente por delito algum. Tal preceito advém da situação fática, do executor praticar um ato ilícito escorado por uma das normas permissivas previstas em lei (estado de necessidade, exercício regular do direito, estrito cumprimento do dever legal e legítima defesa). Exemplo, A instiga a B a defender-se de uma agressão injusta que está sendo cometida por C. A e B não respondem pelo evento lesivo produzido em C, pois o fato não é uma conduta incriminada no direito. Desta forma para o instituto da participação se consubstanciar de maneira válida, é imprescindível que a conduta principal desencadeada pelo executor, seja revestida com o requisito da tipicidade, e ademais é necessária uma relação de contradição entre o fato típico materializado e o ordenamento jurídico, e que a ação praticada não esteja amparada por uma das normas permissivas prevista na legislação penal.

Entretanto, como solucionar o seguinte caso: A, pretendendo matar B, que se encontra em companhia de C, provoca uma situação de legítima defesa em favor deste. Suponha-se que A tenha plena consciência de que B se encontre desarmado, enquanto C possui um revólver. De maneira proposital induz uma forte desavença entre ambos e, quando B, instigado por ele, está na eminência de agredir fisicamente C, este agindo em legítima defesa elimina B. Tal exemplo constitui uma hipótese de uma provocação de uma situação de legítima defesa, em benefício do autor direto de boa fé, pelo instigador que na verdade é o grande idealizador e o maior interessado, na eclosão do evento naturalístico.

O exercício da legítima defesa utilizada pelo executor da conduta tipificada, elimina a possibilidade do provocador ser responsabilizado criminalmente pelo delito de homicídio pela modalidade de participação, pois a teoria da acessoriedade limitada condiciona que a conduta principal, seja uma situação típica e antijurídica, e no caso concreto a legítima defesa é uma das causas que excluem a ilicitude de um fato típico.

### 3.3 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Convém ressaltar que o estatuto penal pátrio, não enumera taxativamente as modalidades de participação. O seu artigo 29 determina que “quem, de qualquer modo, concorre para a realização do crime, incide nas penas cominadas”. Pela expressão legal “de qualquer modo” abrange a conduta desenvolvida pelo partícipe em seu sentido amplo, ou seja, qualquer auxílio positivo ou negativo que visa à efetivação da atividade criminosa.

Ademais a denominação concorrer significa convergir para uma mesma direção, auxiliar, favorecer, contribuir, ajudar e ter a mesma pretensão de outrem. Desta forma na órbita penal, a palavra concorrer faz expressamente alusão ao concurso de agentes, que nada mais é seu sentido estrito, que a reunião de duas ou mais pessoas que visam à realização de uma atividade criminosa.

O fenômeno da participação pode ser exteriorizado por intermédio da contribuição moral que ocorre quando o partícipe faz surgir na mente do autor à idéia de praticar a atividade ilícita, ou reforça uma vontade preexistente no autor para a efetivação do fato típico, já na contribuição material é necessário que o partícipe contribua para a materialização do resultado penal, através de uma conduta positiva, voltada ao desdobramento físico da atividade criminosa. Podemos mencionar como um exemplo de participação moral quando: A, aconselha B a matar C, ocorrendo à consumação do delito de homicídio, A terá contribuído moralmente para que B realize a figura típica, entretanto no exemplo em tela se A tendo pleno conhecimento em relação ao desígnio de B, empresta um revólver para a eliminação de C, estará contribuindo materialmente para a promoção do resultado penal.

Vai ocorrer o induzimento ou determinação, quando o partícipe faz surgir no autor um desígnio de praticar um crime, vontade até então inexistente neste, simplificando na instigação o agente não está pensando em cometer o crime, mas o partícipe interessado na consumação do ilícito faz brotar a idéia no agente. Suponha-se que B e C tenham uma desavença rotineira. A, tomando conhecimento do fato e desejando a eliminação de C, seu credor de grande monta, instiga B com a finalidade de estabelecer neste, um propósito homicida contra C. O traço marcante do instituto da determinação é o completo desinteresse inicial por parte do autor de executar a conduta típica.

Todavia, para que a conduta do instigador tenha relevância na órbita penal, é imprescindível que o autor comece ao menos executar a atividade criminosa. Mesmo o partícipe instigando o autor para praticar um crime, todavia, este mantém sua convicção essencialmente pacífica, a conduta do partícipe não terá qualquer punição pela norma penal. Se o induzimento é recepcionado pelo autor, mas o próprio não materializa qualquer ato



executivo da infração penal, ambos os integrantes da relação jurídica criminal não serão imputados penalmente.

A determinação poderá se consubstanciar de maneira direta ou indireta, segundo o executor atue nos estritos termos da determinação proferida pelo instigador, basta que sem a intervenção do partícipe o crime não teria sido materializado. Convém ressaltar que o executor poderá praticar a conduta, logo após a instigação, ou poderá ainda empreender a atividade criminosa após o transcurso de elevado fluxo temporal. A determinação pode-se configurar sob as modalidades de mandato, promessa de vantagem, ordem.

A instigação ocorre quando o autor da situação típica, já possui a deliberação de executar a atividade ilícita, e o partícipe tomando conhecimento de tal resolução passa a reforçar e incentivar o intuito criminoso do agente. A instigação poderá ocorrer quando o partícipe interessado na consumação do ilícito passa a encorajar o executor para que este efetue o comportamento típico, ou quando o instigador promete ao autor que, se este obtiver a consumação da atividade criminosa, irá auxiliá-lo moralmente ou materialmente com o intuito de tornar proveito o objeto do crime. Em ambas as hipóteses fáticas é necessário, o requisito da preexistente resolução delituosa por parte do executor. Do contrário, há determinação e não instigação, embora nada impeça a coexistência das duas modalidades (o partícipe induz e depois instiga o autor principal a praticar o comportamento tipificado).

Incidirá expressamente a primeira modalidade quando o partícipe demonstrando inequívoco interesse na consumação do tipo penal provoca de maneira deliberada paixões, e emoções no executor, ou ainda apresenta vantagens materiais ou morais, na prática do comportamento delituoso. Pode se exteriorizar como a determinação, nas formas de mandato, paga, promessa, ordem e artifício.

Já na segunda forma, o comportamento do partícipe, se caracteriza pelo oferecimento de auxílio moral ou material para o executor após a consubstanciação da figura típica, proporcionando-lhe maior confiança para a efetuação da conduta típica, animando-o conseqüentemente a materializar a empreitada ilícita. Exemplo, o instigador promete ao executor, se este realizar o crime, após a sua consumação este pagará uma pensão para membros de sua família, ou conseguirá a sua soltura lhe pagando um advogado de grande renome, e incontestável competência. O ajuste preexistente ou concomitante á prática delituosa é pressuposto determinante para a configuração desta modalidade de participação. Pois se o instigador oferecer a promessa de vantagem ao executor, supervenientemente a consubstanciação do evento naturalístico, não acarretará a

participação, e sim o agente será responsabilizado criminalmente pela tipificação do crime de favorecimento pessoal,<sup>11</sup> ou real, se presentes as elementares que os caracterizam.

Algumas correntes doutrinárias argumentam em relação ao objeto de estudo, que para a integral delimitação do crime de favorecimento pessoal, é requisito imperativo que a contribuição não tenha sido prometida antes ou durante o transcurso da conduta ilícita, pois, de outro modo, o que haveria de caracterizar é a modalidade de participação no delito em tela. Não se materializa no favorecimento benefício algum para a idealização, ou a efetivação dos atos executórios, que compõem o corpo do delito preexistente, de que o agente só tem inequívoca consciência de sua incidência, após a consumação de sua atuação típica.

Na promessa de auxílio é indiferente que seja efetivada ou não, pois a sua inobservância não elimina o reforço à ação delituosa anteriormente prestada. Desta forma, se o partícipe promete conseguir um emprego para o executor, após o mesmo cumprir a pena fixada na sentença penal condenatória, e não cumpre posteriormente a respectiva promessa, não é eliminada sua responsabilidade criminal, na modalidade de participação.

Se a pessoa instigada ou determinada para materializar a atividade delituosa, não estiver submetida ao desígnio do partícipe, ou é punível, a sua imputabilidade será idêntica à do instigador ou determinador. Todavia, se o executor estiver submetido diretamente ao desígnio do partícipe, ambos os integrantes da relação jurídica criminal serão imputados penalmente pela eclosão do evento tipificado (salvo na hipótese de obediência hierárquica). Todavia, para juízo de culpabilidade, a pena do partícipe deverá obrigatoriamente ser agravada. Observe-se ainda que se o executor praticar o fato, amparado por uma das causas excludentes de ilicitude previstas taxativamente em lei, ou se a sua conduta se exteriorizar sem os pressupostos da culpabilidade, o delito subsiste para ambos, mas, em decorrência das condições pessoais do executor, somente o partícipe será responsabilizado pela realização do fato ilícito.

O estatuto penal pátrio majora a punibilidade para o agente que determina ou instiga a praticar o delito, autor submetido exclusivamente à sua resolução. Tal vínculo jurídico é oriundo de relações de ordem pública ou particular. É a contribuição material ou moral para a efetivação do delito denominado “abuso de autoridade”, abrangendo não só o vínculo jurídico oriundo do direito público, como a que advém de relações jurídicas essencialmente privadas, como a doméstica, religiosa, docente, profissional, deste que se caracterize

---

<sup>11</sup> Art. 348, CP: Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão:

Pena- detenção de um a seis meses, e multa.

& 1º Se ao crime não é cominada pena de reclusão:

Pena – detenção, de quinze a três meses, e multa.

& 2º Se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.

inequivocamente, o liame psicológico, a atuação por parte do autor material. Este somente não sofrerá sanções penais se, referindo-se a relações de direito público, pratica o fato em estrita consonância a ordem não manifestamente ilegítima, emitida através de superior hierárquico (artigo 22, 2.º parte do Código Penal).

A legislação penal prevê taxativamente a majoração da punibilidade, em relação ao agente que determina ou instiga a materializar a conduta tipificada alguém inimputável, em decorrência de condição ou qualidade pessoal (artigo 62, III, in fine)<sup>12</sup>. Tal premissa agrava a punição do agente instigador ou determinador, sobressaída sobre sujeito que não possui capacidade ativa, na órbita penal, sendo absolutamente necessário que o partícipe possua ampla consciência da referida condição fática.

Tal dispositivo é baseado fundamentalmente, no elevado índice de periculosidade, que se consubstancia quando o partícipe tendo inegável conhecimento das limitações físicas ou intelectuais de outrem induz o executor à prática da atividade tipificada. Exemplo; O partícipe possuindo interesse na destruição de propriedade alheia induz uma criança a atear fogo na residência, ou o caso de uma pessoa visando à eliminação de um animal, na casa vizinha, instiga um doente mental morador das circunscrições a jogar um alimento envenenado na residência, visando à eliminação do animal. Neste caso concreto o partícipe além de ser responsabilizado criminalmente pela consumação do delito de dano, deverá ter a sua punibilidade ampliada, pois induziu o executor atuando sem culpabilidade, a materializar a empreitada criminosa.

É perfeitamente razoável a ocorrência de determinação ou instigação recíproca. Suponha-se que A e B idealizam a realização de duas condutas ilícitas, uma a ser praticada por A, e B se encarrega de efetuar o segundo crime. Desta forma na hipótese fática avençada, A será considerado partícipe pela infração penal desencadeada por B, e vice-versa.

O artigo 62, III, do Código Penal, discorre taxativamente na possibilidade do agente determinar ou instigar alguém a realizar o ato criminoso, ademais a agravante, prevista no dispositivo, somente se consubstanciará de forma válida, se o delito por punido a título doloso. Pois é impensável que um sujeito realizando um comportamento culposos, em decorrência da inobservância do dever objetivo de cuidado, o mesmo se transforme em causa involuntária para a eclosão de uma figura penal dolosa.

O ordenamento jurídico pátrio prevê a modalidade de ajuste como uma das modalidades de participação. O ajuste nada mais é do que o acordo de vontades de duas ou mais pessoas para a realização de uma empreitada criminosa, para a sua completa configuração é

---

<sup>12</sup> Art. 62, III, CP: A pena será ainda agravada em relação ao agente que:

III – instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito á sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal.

imprescindível que ambos os agentes já estejam perfeitamente convictos de sua resolução criminosa.

O auxílio é uma modalidade de participação material, que anteriormente denominava o fenômeno da cumplicidade, o auxílio se configura quando o partícipe contribui sensivelmente para a promoção dos atos executórios da infração penal, ou favorece através da exteriorização de um comportamento positivo ou negativo, a consumação do ilícito penal. Será considerado auxílio na atividade criminosa, a ação do partícipe que fornece informações para o autor para a realização da conduta típica, ou o agente que empresta armas, ou instrumentos para o executor, visando à consumação do ilícito.

Contudo, para a caracterização do instituto do auxílio em sua totalidade, é necessário à existência de um vínculo subjetivo entre os concorrentes, simplificando, é imprescindível o conhecimento dos agentes que cooperam visando à realização do crime. Poderemos mencionar como exemplos práticos de auxílio, quando o agente avisa o criminoso da aproximação de um policial, dirige o carro para um agente que pretende assaltar um banco, ou empresta um revólver para o seu comparsa eliminar um rival, segura a vítima para impedi-la de reagir. Ademais para a incidência do auxílio é obrigatório que o partícipe não possua qualquer domínio sobre a realização do fato criminoso, se possuir, é co-autor.

A legislação penal expõe em seu (artigo 62, I) outra agravante genérica consistente no sujeito que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade ilícita dos demais agentes. A expressão promover a prática do crime significa a conduta do agente que tem em sua consciência a resolução de empreender uma atividade tipificada, e toma iniciativa de promover a realização dos atos executórios que compõem o tipo penal. É o também denominado autor intelectual. Já a premissa de organizar a cooperação no crime, abrange em seu sentido estrito, o agente que toma as rédeas da consecução criminosa, liderando a atuação dos demais agentes, elaborando um plano executivo visando à materialização da figura típica.

O artigo 62, II, do Código Penal<sup>13</sup> prevê uma forma de participação agravada na hipótese fática do partícipe coagir outrem, a promover a execução material do ilícito penal. O dispositivo refere-se à coação física ou moral, resistível ou irresistível. Em relação ao autor principal da atividade típica, a modalidade de coação possui notável relevância. Ocorrendo a coação física irresistível, não se pode considerar a existência de uma conduta por parte do autor, conseqüentemente o coacto não irá materializar o fato típico, não podendo haver participação (o coator é considerado autor). Quando ocorre o instituto da coação física

---

<sup>13</sup> Art. 62, II, CP: A pena será ainda agravada em relação ao agente que:  
II – coage ou induz outrem á execução material do crime.

resistível, o coacto materializa o fato típico, acarretando uma atenuante genérica. Desta forma em tal hipótese fática existirá a participação.

Já em relação à agravante da coação física irresistível, o estatuto processual pátrio, expõe inegável equívoco, pois não discorre taxativamente sobre as distinções entre as modalidades de coações. Devia mencionar a hipótese da coação física irresistível no rol das agravantes genéricas. Entretanto se a coação é moral e irresistível, o executor da atividade tipificada principal, não será responsabilizado criminalmente em decorrência da excludente de culpabilidade expressamente descrita no artigo 22, Código Penal.

Se o autor praticar a atividade criminosa, por intermédio de uma coação moral resistível, será imputado penalmente pela eclosão do evento naturalístico. Em tal possibilidade avençada, o coator será responsabilizado concomitantemente pela incidência de dois crimes: pelo crime praticado pelo coacto, com a punibilidade majorada, e por constrangimento ilegal (artigo 146, Código Penal)<sup>14</sup>, em concurso formal. Concluindo é coativa a explanação que em todas as modalidades de coações, ocorrerá à agravação da sanção penal sobre a pena em concreto a ser imposta ao coator.

O artigo 62, IV, do Código Penal preceitua que a sanção criminal, é agravada em relação ao agente que promove os atos executivos da infração penal, ou nele participa mediante paga ou promessa de recompensa. A legislação outorgou punibilidade mais severa ao denominado “Delinqüente mercenário”, levado a materializar a empreitada criminosa, por motivo torpe.

A punibilidade do partícipe será ampliada, em decorrência do prévio recebimento de qualquer benefício, vantagem pecuniária, perdão de dívida, promoção em atividade funcional. Entretanto para a consubstanciação da respectiva agravante, não se exige necessariamente que o partícipe seja efetivamente beneficiado com a consumação do ilícito penal. Desta forma não é circunstância imprescindível à efetivação do pagamento, uma vez que a legislação penal assemelha, em gravidade, com a promessa de recompensa, sendo criminalmente irrelevante, o cumprimento integral da promessa. Convém ressaltar que a referida agravante é descrita como condição qualificadora da figura típica de homicídio.

### **3.4 ASPECTOS PRÁTICOS DA PARTICIPAÇÃO**

O estatuto penal vigente em seu dispositivo 31 do Código Penal disciplina taxativamente que:

---

<sup>14</sup> Art. 146, CP: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda:

Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Art. 31, CP: O ajuste, a determinação ou instigação, salvo disposição de lei em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

Desta forma as modalidades de concurso, não representam qualquer repercussão na órbita penal, quando o delito não chega à fase executiva.

Entretanto, tal dispositivo penal, é passível de críticas visto que, em muitas hipóteses fáticas as figuras do ajuste, auxílio e da determinação, são puníveis criminalmente como infrações penais autônomas. Exemplo; Código Penal, artigos. 286<sup>15</sup>, e 288 (incitação a crime e quadrilha ou bando, respectivamente). Ressalte-se ainda que a conduta de um agente que se “oferece”, para outro, visando à materialização de uma conduta típica, não será considerada em congruência com os estritos preceitos jurídicos, como infração penal. Desta forma não será submetido a qualquer sanção penal, o pistoleiro que se oferece para alguém com o intuito de eliminar seu inimigo.

### **3.4.1 PARTICIPAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SUCESSIVA**

Ocorre participação de participação nas hipóteses de induzimento de induzimento, instigação de instigação etc. Exemplo; A, induz B a induzir C a matar D. Tal condição fática somente terá efeitos punitivos, se ocorrer um desdobramento causal, entre as diversas condutas, é o resultado experimentado.

Participação sucessiva existirá quando, presente o induzimento (determinação) ou instigação do executor, sucede outra determinação ou instigação Exemplo; A, instiga B a matar C. Após essa participação, o agente D, não tendo conhecimento da anterior participação de A, instiga B a matar C. Se a instigação do agente for coroada de êxito, será considerado partícipe do delito de homicídio.

### **3.4 MOMENTO DA PARTICIPAÇÃO**

O fenômeno criminal da participação poderá se consubstanciar, em qualquer das fases do iter criminis da empreitada criminosa, podendo se exteriorizar de tal forma tanto na cogitação, preparação, execução e consumação. Se levarmos em consideração separadamente a atividade do executor, a participação pode se consumir inclusive antes da cogitação, como nos casos da determinação ou induzimento.

<sup>15</sup> Art. 286, CP: Incitar, publicamente, a prática de crime  
Pena – detenção, de três a seis meses, ou multa.

Em decorrência lógica e imediata da respectiva premissa, podemos discorrer que a situação fática que configurar a participação deve ser praticada anteriormente ou concomitantemente, com a efetivação da atividade delituosa. Se a participação ocorrer supervenientemente à realização do ilícito penal, não se caracterizará a presença do instituto, no delito anterior, mas sim delito autônomo. Observe-se ainda, que o auxílio posterior, prometido antes ou concomitantemente a realização da figura tipificada, constituirá participação.

### **3.4.3 PARTICIPAÇÃO E ARREPENDIMENTO**

È perfeitamente possível no cotidiano prático criminal, que no transcurso dos atos executórios, um dos participantes demonstre arrependimento em cooperar para a eclosão de um acontecimento típico, abandonando de tal forma a empreitada ilícita, contudo, os demais agentes continuam a contribuir para a atividade delituosa. Vários casos podem ocorrer:

- 1) Se o arrependido for o autor principal, e não inicia a efetuação do delito almejado, ou é o partícipe vindo este a impedir que se inicie o ato executivo do ilícito, não existirá situação passível de punibilidade para efeitos penais;
- 2) O arrependido é autor principal e, iniciada a execução, desiste da produção do resultado, ou impede por qualquer comportamento positivo ou negativo, a eclosão do evento; ou é o partícipe, que impede que seja consubstanciada a figura típica, nos estritos termos do artigo 15, Código Penal<sup>16</sup>, não serão responsabilizados pela existência de tentativa, excluindo os atos anteriores à desistência voluntária ou arrependimento eficaz;
- 3) O arrependido é o partícipe, entretanto, a sua deliberação de evitar, a consumação do crime por parte do executor principal não obtém o resultado almejado. Em tal caso concreto o arrependido responde pelo fato praticado pelo autor principal.

### **3.5 PARTICIPAÇÃO POR MEIO DE AÇÕES NEUTRAS**

O instituto das ações neutras poderá ser delimitado para fins penais, como as contribuições para a realização de uma empreitada ilícita alheia, que á primeira vista se consubstanciam

---

<sup>16</sup> Art. 15, CP: O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

com certa normalidade. Desta forma o partícipe por intermédio de sua neutralidade, contribui sensivelmente para a consumação do evento naturalístico.

Algumas correntes doutrinárias defendem a punibilidade das ações neutras, visto que, se um sujeito materializar uma atividade exercida sem uma finalidade lesiva, e a mesma for aproveitada por um terceiro com deliberação criminosa, visando à violação de bens jurídicos alheios, tal situação se preencherá pelos pressupostos objetivos dos tipos de participação.

Já em linha contrastante com a respectiva teoria, existe uma corrente que defendem arduamente a punibilidade das ações neutras, pois esta se reveste por uma cooperação do partícipe plenamente conhecida pelo idealizador do fim típico, desta forma somente nas hipóteses onde incorra participação dolosa do partícipe ensejará a punição.

Desta forma para delimitarmos adequadamente se uma ação neutra terá efeitos punitivos na órbita penal é imprescindível a averiguação da licitude da respectiva conduta face ao ordenamento jurídico vigente. É estritamente necessário também, a análise pormenorizada do aspecto subjetivo, pois sem a existência do elemento volitivo do agente, o fenômeno da tipicidade não chega a se consubstanciar.

Se levarmos em consideração exclusivamente o aspecto objetivo do tipo penal, teríamos a situação da punibilidade de um farmacêutico que atuando em inequívoca afronta a legislação penal Brasileira, vende substância abortiva para mulher grávida, que por sua vez demonstra latente finalidade de abortar o feto. Desta forma para procurarmos uma delimitação mais precisa, é mister a indagação do conteúdo proibido. Convém ressaltar que o simples nexo causal entre uma ação neutra, e a produção de um resultado típico, não são suficientes para estabelecermos os efeitos penitenciais, do fenômeno em tela.

Ressalte-se ainda que nenhum juízo de reprovação criminal poderá ser formulado através de uma vedação que não seja apta para resguardar o bem jurídico de lesões não autorizadas expressamente pelo ordenamento jurídico. Ademais para a vedação de um comportamento criminal acessório por meio de uma ação neutra idônea, basta-se unicamente que tal condição proporcione vantagens para o bem jurídico, sendo necessário que ela transborde uma mera alteração do curso causal do executor.

Já em relação à melhora ostentada por um bem jurídico, é imprescindível um avanço de grande monta para proibir uma cumplicidade por meio de uma ação cotidiana. Um açougueiro que tem plena consciência que está alienando um pedaço de carne, que posteriormente será envenenado, visando à consubstanciação do delito de homicídio, a sua conduta juridicamente não deverá ser denominada reprovável. Ou seja, no momento da averiguação do pressuposto da inidoneidade da vedação de algumas condutas de cumplicidade por intermédio e ações neutras.



Entretanto, somente será possível a análise de desdobramentos causais hipotéticos, nas infrações penais, em que o executor impede o conseqüente exaurimento do delito.

### **3.6 COOPERAÇÃO DOLOSAMENTE DISTINTA**

Como exaustivamente já mencionado no presente trabalho, o fenômeno criminal da participação, é acessório de um fato típico principal. Desta forma para que o partícipe possa ser submetido a sanções penais, basta-se unicamente que o fato desencadeado pelo autor principal se preencha com os requisitos da tipicidade e antijuridicidade. Entretanto, é perfeitamente razoável nas hipóteses de instigação, que o evento naturalístico seja completamente divergente daquele almejado pelo partícipe. Ocorrendo uma distinção de cunho subjetivo entre os integrantes da empreitada criminosa, uma contribuição dolosamente distinta entre o partícipe e o executor que materializa um delito mais gravoso do que o vislumbrado por aquele. Exemplo; A, instiga B, a agredir C. Agindo com resolução torpe B resolve eliminar C, situação fática que a doutrina penal denomina excesso de mandato.

Perante a legislação penal de outrora, ambos os contendores seriam responsabilizados pela incidência da figura típica mais gravosa, podendo o mandante ou o instigador, ser favorecidos por uma circunstância atenuante da punibilidade. Entretanto tal dispositivo era centro de incontáveis críticas, pois a legislação penal estava consagrando uma modalidade de responsabilidade objetiva, o que inegavelmente afronta a ciência criminal baseada fundamentalmente na culpabilidade, e na responsabilidade pessoal do agente. Contudo, para amenizar as críticas que vinha recebendo, a doutrina penal disciplinou que a falta de previsibilidade no tocante a efetuação do delito mais grave, excluía a responsabilidade do partícipe na situação típica que resultará unicamente da manifestação volitiva do executor da ação ilícita.

A legislação criminal vigente discorre taxativamente sobre a cooperação dolosamente distinta ente os partícipes e os autores em seu artigo 29§ 2º.

Art. 29 & 2º, CP: “Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada à pena deste, essa pena será aumentada até a metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave”.

O dispositivo penal defende fundamentalmente a obrigatoriedade de averiguar para fins punitivos, a incidência do aspecto subjetivo do tipo penal e a culpabilidade do executor da atividade tipificada.

Para a consubstanciação de uma interpretação mais precisa sobre o instituto em tela, podemos apresentar o seguinte exemplo, A fornece a B uma gazua para que este invada um domicílio e pratique um furto. B ao adentrar na casa, é surpreendido pela presença de um morador, e efetiva violência contra este visando à consumação do delito de furto. Nos estritos termos da legislação penal, B será imputado penalmente pela materialização da conduta típica de roubo, enquanto A será responsabilizado somente pela existência do furto qualificado com emprego de chave falsa, já que pretendia inexoravelmente a consumação da figura típica menos grave. Todavia, se A tivesse inequívoco conhecimento da presença do morador na residência, a ele ainda será imputada a prática do furto, mas a pena deverá ser aumentada até a metade.

Quando o ilícito penal mais gravoso, embora não querido, é previsto e aceito pelo partícipe, será responsabilizado pela eclosão do evento naturalístico a título de dolo eventual. Desta forma, no roubo à mão armada, responderá pelo evento morte consubstanciando de tal forma a figura típica de latrocínio, situado nos estritos limites do desdobramento causal da atividade ilícita. Desta forma todos os concorrentes que mesmo não materializando os atos executivos da infração penal, planejam os tipos básicos, assumindo conscientemente o risco do resultado, mas grave no transcurso na ação delituosa.

Para a correta adoção do preceito criminal, é necessária a averiguação dos tipos penais pretendidos ou efetivamente consumados. Em caso, de mandato para a realização de um crime de lesão corporal que vem a acarretar a morte do sujeito passivo, havendo clara previsibilidade quando a incidência do evento mais grave será responsabilizada, mandante e executora pelo crime de homicídio preterdoloso e não pela mera lesão corporal com punibilidade ampliada até a metade.

O dispositivo em panorama abrange as hipóteses de erro de tipo. Suponha-se que o partícipe pense estar cooperando para a realização de um delito de furto, quando o executor devido a sua qualidade de funcionário público, pratica peculato furto (artigo 312§1º, Código Penal)<sup>17</sup>. Neste caso concreto o partícipe será responsabilizado pelo delito de furto, pois não tem conhecimento da circunstância elementar, constante no crime mais grave.

O artigo 29 §2 do Código Penal discorre sobre o princípio da individualização da pena no concurso de pessoas, ao disciplinar taxativamente que a aferição da punibilidade de cada agente estará submetida ao grau de dolo do concorrente no transcurso do evento tipificado. Convém ressaltar que quando o partícipe tenha condição de prever a incidência do delito mais grave, a pena adotada não poderá ser maior daquela que seria aplicada pelo delito efetivamente realizado.

---

<sup>17</sup> Art. 312, & 1º Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade de que lhe proporciona a qualidade de funcionário público.

Tal preceito no estatuto penal, somente abrangerá o partícipe, não se estendendo em nenhuma hipótese ao co-autor, pois estes idealizam e desejam a eclosão de uma figura típica com maior potencial lesivo. Todavia, já se decidiu que, mesmo o agente sendo co-autor do ilícito, mas durante a realização da atividade executiva, o mesmo se retira do local, cessando a sua cooperação na empreitada criminosa, o mesmo não poderá ser responsabilizado pelas ações supervenientes, para as quais não tenha exteriorizado qualquer contribuição.

Concluindo, tais premissas se justificam se aplicada à teoria do domínio do fato. Pois o partícipe não possuindo qualquer domínio sobre a efetivação material do crime, deverá responder pelo acontecimento ilícito mais ameno, já que a ele não se pode imputar a responsabilidade pela situação mais gravosa.

## **DA COMUNICABILIDADE E INCOMUNICABILIDADE DAS CONDIÇÕES ELEMENTARES**

### **4.1 NOÇÕES GERAIS**

Segundo disciplina taxativamente o artigo 30 do Código Penal:

Art. 30, CP: “Não se comunicam às circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime”.

Circunstâncias são condições fáticas acessórias, que reunidas ao tipo legal, tem por finalidade preponderante a ampliação ou a redução da punibilidade outorgada ao agente. Assim sendo, as condições não se inserem no desdobramento causal da atividade criminosa, atingindo unicamente a punibilidade do ilícito penal. Imperiosa se faz a explanação que as circunstâncias criminais, não se identificará com as causas excludentes de ilicitude e da culpabilidade.

Já as condições pessoais poderão ser delimitadas, como os vínculos de natureza pessoal que o executor da conduta tipificada mantém com a sociedade, ou com outras pessoas ou situações jurídicas, como as de estado civil (casado), relações de parentesco, ou vínculos resultantes de relações empregatícias. Desta forma o fato do agente ser filho de alguém consubstanciará o fenômeno da condição pessoal, bem como a qualidade de servidor público do sujeito ativo nos denominados crimes contra administração pública. Se partirmos de uma interpretação gramatical, iremos notar que as referidas condições já funcionam como circunstâncias no ordenamento jurídicas pátrio, ou como elementares da situação tipificada.

Elementares são os componentes ilícitos existentes na descrição de uma norma penal incriminadora, nunca é demais a exposição que as elementares poderão ser de cunho

objetivo, que nada mais é do que a mera previsão no tipo legal, de comportamentos tipificados, e de natureza subjetiva que compreende necessariamente o dolo do agente no momento da materialização do ilícito penal.

As circunstâncias poderão ser divididas em objetivas (materiais ou reais), e subjetivas (ou pessoais). A primeira se refere as que se relacionam com as formas e maneiras de efetuação da atividade criminosa, abrangendo o lugar, o objeto material do ilícito, tempo e qualidades de vítima.

Circunstâncias subjetivas se configuram essencialmente por sua característica de cunho pessoal, envolvendo as condições relativas à pessoa do participante, sem debater o mérito da efetiva consumação do tipo legal, como os motivos determinantes, suas condições fáticas, as qualidades pessoais inerentes tanto ao sujeito ativo, como ao sujeito passivo e os vínculos de parentesco do executor com a vítima, ou com os demais integrantes da empreitada criminosa.

Analisando por outra perspectiva as circunstâncias poderão ser judiciais, são aquelas disciplinadas expressamente no artigo 59 do estatuto penal pátrio<sup>18</sup> que fazem alusão sobre a fixação da pena base ao criminoso, abrangendo de tal forma as condições do crime, os antecedentes criminais do sujeito ativo, a personalidade do infrator. Servindo como parâmetro para que o magistrado aplique a sanção criminal adequada ao caso fático.

Já as circunstâncias legais, se subdividem em:

- a) Agravantes, são as condições enumeradas taxativamente nos artigos. 61 e 62; desta forma ocorrendo tais causas, em uma conduta típica desenvolvida pelo agente, este deverá ter obrigatoriamente a sua punibilidade majorada;
- b) Atenuantes, sua previsão legal é oriunda no artigo 65 do Código Penal, Exemplo, se o agente comete o crime motivado por condição de inquestionável valor social ou moral, o magistrado ao fixar a pena base, deverá necessariamente reduzir a sanção penal imposta ao agente da atividade ilícita.
- c) Causas de aumento e de diminuição de pena, Exemplo, Se o criminoso realiza um furto numa residência no transcorrer do período noturno, o juiz na fixação da pena base deverá ampliar em um terço a punição ao criminoso.

---

<sup>18</sup> Art. 59, CP: O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à periculosidade, aos motivos, as circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime

I – as penas aplicáveis dentre as cominadas;

II – a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;

III – o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

IV – a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.

Levando em inequívoca consideração que a participação de cada contendor agrega à conduta e não a pessoa dos outros participante, podemos tecer os seguintes comentários:

- 1) As circunstâncias e condições de natureza subjetiva, em nenhuma hipótese poderão se comunicar. Tal premissa é originária de um dos princípios norteadores da ciência criminal, que é o da individualização no tocante a aplicação da sanção penal, pois ao contrário a comunicabilidade das condições de cunho pessoal, poderia acarretar grandes injustiças nas conseqüências punitivas aos concorrentes da infração penal.
- 2) O partícipe e o co-autor da conduta típica somente serão responsabilizados criminalmente pela incidência de uma condição de cunho objetivo, quando estas estiverem nos limites do desdobramento físico da conduta desenvolvida, ou quando o fato tenha ingressado na esfera de seu conhecimento.
- 3) Os partícipes quando tiverem plena consciência da materialização de elementares, sejam de caráter objetivo ou subjetivo deverão suportar o ônus da comunicabilidade das mesmas.

Finalizando a exposição do respectivo objeto de estudo, podemos mencionar que, quando um dado é exclusivamente circunstância ou condição de uma atividade criminosa, aplicam-se as duas primeiras regras, todavia, quando é elementar (elemento específico), adota-se a última.

#### **4.2 INCOMUNICABILIDADE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DE CARÁTER PESSOAL**

Ocorrendo no caso fático, as modalidades de co-autoria ou participação, as condições de característica essencialmente personalíssimas, não se estendem aos fatos típicos materializados pelos demais participantes. Visando uma ilustração mais integral da premissa poderemos enumerar os seguintes exemplos:

- 1) A, reincidente do delito de homicídio auxilia B (Primário) a consubstanciar a eliminação de C, seu antigo desafeto. Desta forma a circunstância processual da reincidência de A não se estenderá a B, saliente-se também que A não terá a sua imputabilidade criminal reduzida em virtude da primariedade de B, pois tal condição ficará obrigatoriamente restrita a pessoa de B.
- 2) A, ao tomar conhecimento que seu vizinho agrediu covardemente sua mulher, imprimido por imensurável raiva, induz o seu irmão que ainda não tem conhecimento de tal situação, a danificar o automóvel do vizinho. Como o irmão ao contrário do marido, não tinha consciência da situação descrita, não fará jus a circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, a. Código Penal.

- 3) A, participa de um furto noturno executado por B, entretanto, este ainda não atingiu a maioria penal sendo conseqüentemente inimputável. Desta forma a inimputabilidade de B, não se estende a A, que deverá ser punido pelo delito de furto, com a pena ampliada em um terço, visto que a atividade criminosa foi materializada no transcurso do repouso noturno.
- 4) A, pratica a figura típica de homicídio contra sua esposa por motivo torpe, contando com a cooperação acessória e secundária de B, este, no entanto não possui consciência do motivo torpe de A. Em tal caso concreto A será responsabilizado penalmente pela consumação do delito de homicídio (artigo 121, § 2º, I Código Penal), entretanto por B não demonstrar inequívoco conhecimento em relação à torpeza de A, somente será responsável por homicídio simples (artigo 121, caput, Código Penal). Desta forma podemos concluir que o partícipe não estará sujeito, a circunstância qualificadora de natureza estritamente pessoal.
- 5) A, realiza o delito de estupro (artigo 213 do Código Penal) contra a sua própria descendente, entretanto, A foi induzido a praticar o delito por B, seu amigo, que desconhecia o vínculo de parentesco existente entre A, e a vítima. O indutor por não saber do vínculo paternal, não estará submetido à causa de ampliação de punibilidade, descrita no artigo 226, II, Código Penal.<sup>19</sup>
- 6) A ao tomar ciência que B, planeja colocar uma bomba no terminal rodoviário, imprimido por motivo de relevante valor social, resolve eliminar B. Para tanto pede ajuda de C seu irmão, sem, contudo revelar o desígnio maléfico de B. C empresta um revólver para A matar B. Por não ter conhecimento da motivação de A, C não será agraciado pela circunstância atenuante, prevista no artigo 121, §1º. Código Penal.<sup>20</sup>

### 4.3 CIRCUNSTÂNCIAS OBJETIVAS

Na legislação penal de outrora, era corriqueira a interpretação, de que era incondicional a comunicabilidade das circunstâncias de natureza objetiva. Desta forma se A instigasse B a promover o delito de furto (artigo 155, Código Penal), e o executor da conduta típica promovesse o arrombamento da porta, visando à consumação do crime, atingiria a punibilidade de A, a qualificadora do artigo 155 § 4º I, Código Penal embora a conduta

<sup>19</sup> Art. 226, CP: A pena é aumentada de quarta parte

II – se o agente é ascendente, pai adotivo, padrasto, irmão, tutor ou curador, empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela

<sup>20</sup> Art. 121, § 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

desenvolvida pelo executor principal, não tivesse sido prevista como possível por A. Desta forma, a circunstância qualificadora comunicava-se entre as ações desencadeadas pelos participantes em decorrência de sua configuração real.

Tal panorama apresentado era decorrente do artigo 118 do Código Penal Italiano:

Art.118, CPI: “As circunstâncias objetivas que agravam ou diminuem a pena, ainda que desconhecida por todos os que concorrerem no crime são valoradas a seu favor ou desfavor”.

Não obstante prossegue o artigo 59 do estatuto criminal Italiano determinava que:

Art. 59, CPI: “Salvo quando a lei disponha de outro modo, as circunstâncias que agravam a pena são avaliadas a cargo do agente, ainda que dele não conhecidas”.

Entretanto, na legislação criminal vigente Brasileira, o panorama apresentado expressamente no artigo 30 deverá ser submetido em co-relação ao artigo 29, Caput, parte final, do Código Penal, segundo o qual o juízo de punibilidade estará vinculado necessariamente com o grau de cooperação dos agentes na materialização do evento naturalístico, levando também em consideração o elemento volitivo dos concorrentes.

Partindo do referido princípio podemos expor que as circunstâncias objetivas somente atingirão o partícipe ou co-autor se, mesmo não consumando a descrição fática que as configuram, praticaram o fato com inequívoca consecução dolosa ou culposa. Ocorrendo uma circunstância objetiva agravante da sanção penal, não poderá em nenhuma hipótese ser estendida ao co-autor ou partícipe, se os mesmos não exteriorizaram qualquer interesse na sua incidência, ou não tiveram qualquer previsão de sua consubstanciação. Em se tratando de causa de aumento de pena, a ampliação punitiva não abrangerá o partícipe salvo, quando o mesmo tivesse alguma consciência da ocorrência da circunstância agravante de punibilidade. Podemos comentar alguns casos concretos:

- 1) A, induz B a realizar o delito de lesão corporal contra C, sem, no entanto deliberar sobre a maneira da agressão. B, “joga” um tijolo contra C, causando danos irreversíveis no sistema nervoso deste. Desta forma A não será punido criminalmente pela circunstância agravante descrita no artigo 129, §1º III<sup>21</sup>, do Código Penal.
- 2) A, induz a B a materializar o delito de constrangimento ilegal contra C. Entretanto sem informar A, B utiliza um revólver para consubstanciar a ação ilícita. Como A não possuía conhecimento, da utilização da arma de fogo, não será responsabilizado pela

---

<sup>21</sup> Art. 29, & 1º III – debilidade permanente de membro, sentido ou função:

incidência da circunstância agravante descrita taxativamente no artigo 146, § 1º, 2º do Código Penal Brasileiro.

- 3) A, pretendendo a morte de C seu credor, convence B seu empregado a efetuar o crime de homicídio contra o mesmo. A para facilitar a consumação do tipo legal, resolve atear “fogo” no carro de C, sem, no entanto comunicar tal resolução para A. Desta forma A não será imputado penalmente pela prática de homicídio qualificado (artigo 121, § 2º, III, 2º. Figura, Código Penal).

#### **4.4 ELEMENTARES DE CARÁTER OBJETIVO OU PESSOAL**

Tal premissa deriva fundamentalmente do pressuposto da identidade de infração para todos os integrantes da empreitada criminosa. Desta forma qualquer circunstância fática ou jurídica que materializa a situação típica fundamental comunica-se a todos os contendores da infração penal. Vejamos seguintes exemplos:

- 1) A, funcionário público realiza a figura típica de peculato (artigo 312 Código Penal), auxiliado materialmente por B, não integrado nos quadros funcionais da administração pública. Ambos os agentes serão responsabilizados criminalmente pela incidência do delito de peculato. A condição elementar de natureza pessoal (funcionário público) se estende ao partícipe
- 2) A, solteiro, induz o sujeito B, casado, a praticar crime de bigamia (artigo 235 Código Penal). Ambos o agente serão imputados pela efetivação do delito de bigamia, embora o indutor A não seja casado. Desta forma a condição elementar de cunho subjetivo atingirá a conduta desencadeada pelo partícipe.

É corriqueira a interpretação que as condições elementares sempre se comunicam, com as condutas positivas ou negativas desenvolvidas pelo partícipe. Embora o artigo 29, caput consagra inequivocamente que os concorrentes deverão ter a punibilidade individualizada, no limite da efetiva contribuição para o desdobramento material do evento tipificado. Entretanto, se aplicarmos incondicionalmente a regra da comunicabilidade das circunstâncias elementares, pode proporcionar a materialização do fenômeno da responsabilidade objetiva.

Reforçando a respectiva argumentação podemos mencionar o caso de um partícipe de um delito de peculato, que inexoravelmente desconhece o vínculo funcional do autor principal, com a administração pública. Desta forma a responsabilidade do executor da atividade acessória, pela ocorrência do peculato, acarreta inquestionável injustiça, sendo autêntica aplicação do princípio da punibilidade sem culpabilidade. Assim sendo, o partícipe deve



obrigatoriamente possuir o aspecto subjetivo exigido pela descrição legal do tipo penal, já que esta condição toma parte do tipo realizado conjuntamente.

Para a integral delimitação do fenômeno da participação é imprescindível que o caso concreto se preencha pelos pressupostos objetivos e subjetivos. É estritamente necessário também, que o partícipe através de seu comportamento acessório, tenha contribuído drasticamente para a eclosão do evento naturalístico ou tenha realizado o comportamento típico com consciência e vontade de consentir em delito próprio.

Ressalte-se ainda, que ocorrendo à participação em crime próprio, o sujeito não submetido à qualificação, para ser punido a título de participação, deve ter pleno conhecimento da circunstância pessoal inerente ao sujeito ativo do crime. Seria extremamente gravoso responsabilizar de modo objetivo, a atividade criminosa ao partícipe que não tem possui plena consciência da condição pessoal preexistente no autor principal. Assim, para o partícipe ser responsabilizado pela incidência do delito de peculato, é necessário a prévia ciência deste, da qualidade de servidor público atribuída ao executor da conduta típica. Concluindo as circunstâncias elementares somente irão se comunicar, quando ingressarem nos desdobramentos volitivos do partícipe.

## **CONCURSO DE PESSOAS NO CRIME DE INFANTICÍDIO**

### **5.1 EXPOSIÇÃO DOTE MA**

O ordenamento jurídico pátrio, por intermédio de seus estatutos repressivos, tem elaborado diversos conceitos sobre o crime de infanticídio.

O Código Criminal de 1830, em seu artigo 198, disciplinava:

Art. 198, CC “Se a própria mãe matar o filho recém nascido para ocultar a sua desonra: Pena - prisão com trabalho de um a três anos”.

Entretanto o legislador penal de outrora considerava infanticídio e não homicídio, as situações típicas, praticadas por terceiros sem a incidência da premissa da desonra, fixando a punibilidade do agente de três a doze anos.

O Código Penal Brasileiro de 1890 delimitava o delito de infanticídio nos seguintes termos: “Matar recém nascido, isto é, infante, nos sete primeiros dias de nascimento, quer empregando meios diretos e ativos quer recusando a vítima os cuidados necessários à manutenção da vida e a impedir sua morte” (artigo 298, caput). A descrição secundária da

norma penal estabelecia a pena de prisão de seis a vinte e quatro anos. O parágrafo único cominava pena mais branda: “Se o crime for praticado pela mãe, para ocultar desonra própria: Pena – de prisão celular por três a nove anos”.

O estatuto penal vigente em seu artigo 123:

Art. 123, CP: “Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após:

Pena – detenção, de dois a seis anos”.

É imperiosa a explanação, que o objeto jurídico do delito de infanticídio, é a vida humana, englobando em tal delimitação tanto a do recém nascido (neonato), como também a daquele que está nascendo (nascente).

O crime de infanticídio por se configurar um crime essencialmente próprio, somente poderá ser praticado pela genitora da vítima. Entretanto para a integral configuração do delito, é imprescindível que a mãe pratique a sua conduta sobre a influência do estado puerperal. Segundo entendimentos atuais, puerpério é o período que vai da dequitação (isto é, do deslocamento e expulsão da placenta) á volta do organismo materno ás condições pré-gravídicas. A duração do estado puerperal tem sido definida entre 6 a 8 dias.

Todavia, devemos diferenciar a incidência do estado puerperal com as perturbações da saúde mental. No ultimo dado descrito poderemos mencionar como exemplo a hipótese de uma mulher que mesmo em pleno gozo de suas faculdades mentais, mas drasticamente afetada pelo dor e fadiga do parto, vem sofrer um desequilíbrio psíquico momentâneo, chegando por isso a matar a própria prole. Tal situação fática se caracteriza preponderantemente pela sua singularidade, visto que a genitora não pode ser considerada inimputável, entretanto, seria injusta a suposição que a mãe teria agido com torpeza tal, para tipificar o crime de homicídio.

Não podemos, contudo, afirmar erroneamente que o estado puerperal necessariamente irá afetar o equilíbrio psíquico da genitora, pois na maioria dos casos a parturiente conserva totalmente as suas faculdades mentais.

Como já foi transcrito anteriormente, o crime de infanticídio para a sua integral delimitação é imperativo a incidência do estado puerperal na parturiente, inexistindo tal pressuposto a genitora que matar a sua prole será responsabilizada penalmente pela prática do crime de homicídio. Contudo, o entendimento dominante em tais casos é a existência de uma perturbação psíquica, sendo conseqüentemente necessária a produção de meios probatórios que desqualifiquem o infanticídio, para punir a genitora por homicídio, pois o estado puerperal é efeito normal em qualquer parto.

Tem se entendido também que em tese é possível a coexistência do delito de infanticídio com o desenvolvimento mental incompleto, que é uma causa de inimputabilidade, descrita taxativamente no artigo 126 do Estatuto Penal Brasileiro<sup>22</sup>. Todavia não se pode pleitear a minimização da punibilidade, sob o argumento da redução da imputabilidade oriunda da influência do estado puerperal.

O sujeito passivo do crime de infanticídio deverá ser adstritamente o filho recém nascido. Para efeitos penais, não é imprescindível a comprovação da existência de vida extra-uterina. Desta forma mesmo o recém nascido que mesmo não tendo respirado poderá ser considerado sujeito passivo do infanticídio. Pois caso contrário, não se materializaria atividade ilícita, quando houvesse a eliminação da vida humana no breve instante entre o nascimento e o em que a aspiração se devesse iniciar.

Questão de imensurável importância prática é a exposição do tipo objetivo do crime de infanticídio. A descrição típica é matar (eliminação da vida humana), a conduta incriminada geralmente se exterioriza por golpes no crânio do recém nascido, ou por sufocação. Convém ressaltar que é perfeitamente razoável a materialização do crime de infanticídio, em decorrência imediata da omissão da genitora, podemos mencionar como exemplo concreto de tal situação, a mãe que sobre a influência do estado puerperal e almejando a morte de sua prole, deixa deliberadamente de prover a subsistência de seu filho.

Se o feto for abortado, por sua inquestionável inviabilidade, em nenhuma hipótese fática poderá ser enquadrado como sujeito passivo do crime de infanticídio, pois o tipo penal pressupõe adstritamente a qualidade de recém- nascido na vítima. Ressalte-se, todavia, que existindo parto prematuro o falecimento do recém-nascido que teve vida extra-uterina, pela genitora, consubstancia a caracterização do tipo penal de infanticídio. Contudo, se a conduta típica da genitora tiver por finalidade primordial a eliminação de seu filho natimorto, tal ato deverá ser considerado como crime impossível em decorrência da absoluta impropriedade do objeto.

Desta forma a descrição normativa do crime de infanticídio, exige preponderantemente que a genitora tenha desencadeado o comportamento tipificado, em decorrência lógica e imediata da influencia do estado puerperal, todavia, tal conduta deverá se desdobrar concomitantemente ao parto ou logo após. A grande maioria dos doutrinadores criminais tem preconizado que o parto tem início com a contração do útero e o deslocamento do feto e culmina com a expulsão da placenta.

---

<sup>22</sup> Art. 126, CP: Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Pena – reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência.

Ocorre, no entanto, que a ordenamento penal pátrio é omissivo ao arbitrar o limite de prazo superveniente ao parto, em que ocorre infanticídio e não homicídio. Atualmente vigora o entendimento que tal fluxo temporal se estende durante o estado transitório de desnormalização psíquica.

O elemento subjetivo do crime de infanticídio abrange necessariamente a deliberação dolosa presente na genitora, de desencadear a eliminação de sua prole recém-nascida. Embora difícilíssimo no cotidiano prático criminal, é possível que a mãe atue no caso fático por dolo eventual, ou seja, assumindo conscientemente o risco do êxito letal. A legislação penal Brasileira não transcreveu a modalidade culposa do crime de infanticídio, conseqüentemente, se a genitora, praticar a conduta típica, imprimida por uma das modalidades de culpa (imperícia, negligência, imprudência) ainda que sobre a influência do estado puerperal, será responsabilizada criminalmente pela incidência de homicídio culposos, e não por infanticídio.

É de extrema importância a exposição, que o crime de infanticídio irá se consumar com o efetivo falecimento da prole da genitora. Ademais não constitui um pressuposto para a consumação a existência de vida extra-uterina do recém nascido. Não obstante, como a conduta típica do delito de infanticídio pode ser fracionada em diversos atos, é perfeitamente possível a sua materialização de forma tentada.

Diante de todas as preconizações tecidas, podemos de forma clara e simplificada, descrever algumas diferenças entre o crime de infanticídio, e os demais crimes dolosos contra a vida previstos no diploma penal Brasileiro. A distinção primordial do infanticídio do aborto, é que este somente poderá se consubstanciar anteriormente ao parto. Já o traço divergente do infanticídio em relação ao homicídio, é que no primeiro a genitora adstritamente deverá desenvolver a atividade ilícita sobre a influência do estado puerperal, desta forma somos levados a concluir que, se a mãe matar o recém-nascido sem ter o seu equilíbrio psíquico afetado pelo estado puerperal deverá ser responsabilizada criminalmente pela incidência do crime de homicídio.

## **5.2 INCIDÊNCIA DO CONCURSO DE PESSOAS NO CRIME DE INFANTICÍDIO**

Entretanto, a grande controvérsia existente sobre o crime de infanticídio, ocorre quando um terceiro agente coopera sensivelmente para a eclosão do evento. Surge a seguinte indagação: ao participante do delito de infanticídio deve ser aplicada a pena cominada para esse delito ou a aplicável no caso de homicídio?

Em preliminar compreensão, podemos afirmar que o delito de homicídio se caracteriza como um crime próprio, visto que somente a mãe poderá materializar a conduta típica prevista na

**Vox Forensis, Espírito Santo do Pinhal, v. 2, n. 3, Jul./Set. 2009**

norma penal incriminadora, assim como unicamente o recém nascido poderá ser denominado sujeito passivo no delito em tela. Todavia, a respectiva exposição não exige a possibilidade que o infanticídio venha a se consubstanciar, por intermédio de um terceiro participante.

O artigo 29, caput, 1º, Código Penal o discorre taxativamente: “Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas”. Se utilizarmos unicamente o referido dispositivo penal, para solucionar a divergência apresentada, iremos concluir que o partícipe que coopera para a efetivação do delito de infanticídio deve submeter-se à sanção imposta: detenção, de dois a seis anos.

O núcleo da discussão doutrinária envolve a possibilidade ou não, da comunicabilidade do elemento referente à “influência do estado puerperal”. Não resta qualquer resquício de controvérsia, que a influência do estado puerperal consubstancia condição elementar do delito de infanticídio. De acordo com o que discorre taxativamente o artigo 30 do Código Penal, “não se comunicam às circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime”. Em decorrência imediata do dispositivo criminal, é imperiosa a exposição, que a influência do estado puerperal é comunicada a conduta típica desenvolvida pelos integrantes da relação jurídica criminosa.

Convém ressaltar, que nada obsta que um homem que tenha desencadeado a resolução criminosa da mãe, ou contribuído sensivelmente para a agente matar o próprio descendente, venha a disputar o tratamento privilegiado. Note-se ainda que parcela importante da doutrina criminal entende que o concorrente, para ser responsabilizado isoladamente pelo delito de infanticídio deverá ter participação estritamente secundária, na conduta principal materializada pelo autor, induzindo, instigando ou cooperando mãe a eliminar o seu próprio filho.

Entretanto, saliente-se que se o homem for o idealizador da morte do recém nascido, promovendo a ação típica descrita no núcleo de uma norma penal incriminadora, o seu comportamento será enquadrado na figura típica de homicídio. Esta interpretação é a utilizada no cotidiano prático do direito penal.

Destacam-se na amplitude da respectiva temática, as explanações de uma corrente doutrinária mais conservadora que preceituava em sua essência que as disposições do artigo 26 do Código Penal<sup>23</sup>, não engloba as condições de natureza personalíssima que configuram os chamados “delicta excepta”. Importam elas um privilégio em favor da pessoa a que concernem. Desta forma se caracterizam preponderantemente por sua incomunicabilidade e impossibilitando quando ocorra a contribuição com o beneficiário.

---

<sup>23</sup> Art. 26, CP: É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com esse entendimento.

Diante da respectiva premissa entende-se que a influência do estado puerperal no delito de infanticídio, embora condição elementar não se estenda aos demais contendores, que serão imputados pelo tipo comum do crime.

Ademais, a referida teoria defende que o infanticídio se caracteriza majoritariamente por sua essência estritamente personalíssima, em que o elemento subjetivo constante na genitora em nenhuma hipótese, poderá estender-se aos demais integrantes da empreitada criminosa. Assim o partícipe do infanticídio será responsabilizado penalmente por homicídio.

### **5.3 ASPECTOS PRÁTICOS DO INFANTICÍDIO**

Para proporcionar uma maior clareza sobre o objeto em foco, o IV Congresso Nacional de Direito Penal e Ciência Afins, abordou a controvérsia da participação de terceiro no crime de infanticídio. Chegou-se a conclusão efetiva que, o co-autor ou participante do acontecimento típico, serão responsabilizados por infanticídio.

O citado Congresso entendeu pela comunicabilidade da condição elementar de cunho subjetivo, aos participantes do evento naturalístico. A argumentação dos que discorrem que o terceiro, somente poderia ser responsabilizado criminalmente, pela incidência do delito de infanticídio se houvesse expressa disposição legal, se encontra escoimada de equívocos. Se aplicarmos a respectiva interpretação, chegaríamos ao absurdo de considerar responsável pela figura típica de furto, o terceiro que instigasse o servidor público a materializar o delito de peculato-furto, visto que na descrição normativa da norma penal incriminadora, desta infração penal, não se prevê a possibilidade de co-autoria.

Outrossim, o diploma penal não faz referência quanto à possibilidade de um terceiro praticar o delito de infanticídio. A omissão da exposição poderia proporcionar à interpretação equivocada, que o terceiro não seria responsabilizado por infanticídio, mas sim por homicídio. Se utilizarmos exclusivamente o respectivo entendimento, acarretaria, que em todos os delitos em que descrição legal fizesse alusão ao motivo do executor principal, omitindo a lei em relação a participação de terceiro, este seria responsabilizado pela incidência de delito distinto.

Poderemos discorrer como um caso concreto da referida situação, quando um particular visando que o seu estabelecimento comercial não seja submetido à fiscalização da vigilância sanitária, induz o chefe da repartição administrativa a proibir que o fiscal realize atos funcionais no referido estabelecimento. A conduta do superior hierárquico será

enquadrada como prevaricação (artigo 319, Código Penal)<sup>24</sup>. Em tese, segundo a descrição normativa do tipo penal, o agente não seria responsabilizado pela ocorrência da prevaricação, contudo, a omissão legislativa em nenhuma hipótese poderá acarretar a inaplicabilidade do concurso de agentes, sendo, portanto no caso em tela punido o partícipe pelo delito de prevaricação.

Ademais, se o infanticídio se consubstanciar por intermédio de um terceiro participante, auxiliado moral ou materialmente pela genitora do recém nascido, em inquestionável influência do estado puerperal, está deverá ser imputada pela prática do delito de infanticídio, da mesma maneira se mãe fosse à executora da ação tipificada, e não meramente uma partícipe. Tal posicionamento é oriundo essencialmente da natureza personalíssima do crime de infanticídio.

Entretanto se aplicarmos uma ótica legal, para analisarmos a referida questão extraíremos facilmente questionamentos, visto que a mãe não materializa a conduta prevista no núcleo da norma penal incriminadora, desta forma nos estritos preceitos do princípio da legalidade a co-autoria desencadeada pela genitora, induzindo ou instigando o concorrente, com o domínio do fato, por si mesmo se configurará como ato atípico. O pressuposto da tipicidade é exteriorizado em virtude da norma de extensão da Parte Geral.

Desta maneira, a conduta tipificada somente corresponde à descrição da figura típica porque decorre de uma ação principal. E, na hipótese, conforme a solução dada o terceiro não responderia por infanticídio, o fato principal constitui homicídio. Todavia, a respectiva temática carece de integral verossimilhança, pois é inadmissível que uma conduta preliminarmente atípica, unida a uma atuação principal que se consubstancia a figura do homicídio, converta-se em infanticídio sem que incorra qualquer disposição legal a respeito.

Simplificando, temos três hipóteses fáticas:

- 1) A genitora dominada por violento desequilíbrio psíquico materializa a conduta incriminada com a contribuição moral ou material de terceiro;
- 2) A mãe e o terceiro praticam conjuntamente a ação descrita no tipo penal, sendo imprescindível à incidência da condição subjetiva específica;
- 3) O terceiro elimina o recém nascido, obedecendo a ordens diretas e imediatas da mãe, figurando a mesma como co-autora intelectual do delito em tela.

Nas três situações fáticas acima expostas, a observação média aponta que o terceiro deverá ser responsabilizado pela eclosão da figura típica do homicídio, com o quantum punitivo minorado de um a dois terços quando a participação é de menor relevância, e a genitora, por infanticídio. Em consonância estrita com o ordenamento jurídico pátrio, todavia,

---

<sup>24</sup> Art. 319, CP: Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa da lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:  
Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

o entendimento extraído é que ambos os agentes deverão ser responsabilizados criminalmente pelo delito de infanticídio.

Relevante a exposição que na descrição legal do crime de homicídio (artigo 121, Código Penal), supervenientemente o legislador criminal acrescentou expressamente a modalidade privilegiada: “Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir à pena, de um sexto a um terço” (Artigo 121 § 1.º, Código Penal).

Os pressupostos fáticos e jurídicos enunciados no acontecimento típico privilegiado constituem condições legais especiais ou específicas de natureza essencialmente subjetiva. Utilizando o artigo 30 do Código Penal<sup>25</sup> podemos mencionar que tais pressupostos são incomunicáveis em se tratando de concurso de pessoas, visto que não consubstanciam condições elementares do tipo penal.

Suponha-se que A, ao tomar conhecimento de que C agrediu violentamente sua mãe, ainda sob o domínio de dramática emoção, convence B seu amigo a auxiliá-lo na eliminação de C. No caso fático apresentado, B não atuou amparado por uma condição de natureza pessoal, desta forma deverá ser imputado penalmente pela materialização do delito de homicídio (artigo 121, caput, Código Penal), enquanto A deverá responder por homicídio privilegiado.

Continuando a dissertação sobre a temática em foco, podemos discorrer que o elemento pessoal constante na genitora, e o vínculo parental não mais se configuram como condições elementares do delito de infanticídio, mas circunstâncias legais específicas de cunho subjetivo e, ocorrendo o concurso de agentes, incomunicáveis.

Partindo da referida premissa, o comportamento da mãe caracterizaria o delito de homicídio privilegiado, submetido a juízo de punibilidade similar com o dispositivo do artigo 123 Código Penal enquanto o terceiro seria responsabilizado penalmente por homicídio, em qualquer de suas espécies disciplinadas taxativamente pelo Estatuto Penal Brasileiro.

Assim sendo, parece inegável que o estado puerperal exigido na genitora, para a integral consubstanciação do delito de infanticídio pode ser facilmente enquadrado como um motivo de imensurável valor moral. Assim em congruência imediata com a hipótese fática apresentada, quando um terceiro efetuar um comportamento em decorrência do aspecto moral, nada impede que lhe seja aplicado o índice de punibilidade descrito na figura do homicídio privilegiado (artigo 121, § 1.º, Código Penal. De tal forma a punibilidade da mãe seria de detenção de dois a seis anos; a dele, de reclusão, de seis a vinte anos, podendo ser atenuada de um sexto a um terço).

---

<sup>25</sup> Art. 30, CP: Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.



Entretanto, é perfeitamente possível que um pai pretendendo eliminar seu filho, fruto de uma relação extraconjugal, “enforce” o neonato no transcurso do parto. Em tal exemplo, elucidado o ascendente deverá ter seu comportamento enquadrado com a descrição contida no artigo 121, § 1.º, Código Penal (homicídio privilegiado). O liame parental que une a genitora e o recém nascido configura condição de natureza subjetiva do evento naturalístico, e não elementar.

Ocorre, no entanto que a punibilidade outorgada pela legislação penal ao delito de infanticídio é bem mais branda do que a prevista na figura do homicídio. Tendo como ponto de partida a referida premissa, surge a indagação se não seria o caso de aplicar o instituto da analogia “in bonam partem” para que o pai fosse responsabilizado por infanticídio e não por homicídio?

É inviável a adoção do referido instituto, pois para a sua completa consubstanciação é necessário primeiramente que a conduta desencadeada pelo ascendente não seja descrita na legislação penal, supervenientemente é exigido à convergência entre a situação legislada e a não prevista, constituindo requisito imprescindível para gerar a aplicabilidade da analogia “in bonam partem”. Todavia, na hipótese avençada, o derradeiro pressuposto não se encontra devidamente presente, pois a legislador disciplinou exclusivamente a hipótese da mãe, não se estendendo a atuação desenvolvida pelo genitor.

## CONCLUSÃO

Diante de todo o panorama fático e jurídico exaustivamente dissertado no presente trabalho, é imperiosa a elaboração de uma conclusão detalhada sobre a área temática. Preliminarmente podemos conceituar o concurso de pessoas, como sendo a participação ciente e voluntária de dois ou mais agentes na mesma infração penal. O concurso de pessoas poderá ser necessário, ou seja, a conduta típica necessariamente deverá ser praticada por duas ou mais pessoas, Ex-Bigamia (art. 235 CP) ou eventual, quando a atividade ilícita, pode ser exteriorizada por um único agente, embora nada impeça a incidência da co-autoria e da participação.

Ocorre, no entanto que para a completa incidência do concurso de pessoas é imprescindível que a integralidade dos concorrentes da infração penal pratique o mesmo fato delituoso (unidade de fato), ademais é necessário a existência de uma pluralidade de comportamentos positivos ou negativos desencadeados pelos agentes, visando à eclosão de um evento naturalístico (multiplicidade de condutas). Também é estritamente necessária, a existência de um nexo de causalidade entre a conduta típica materializada pelo concorrente, e o desdobramento do acontecimento tipificado (nexo-causal), também se

configura como um pressuposto obrigatório a consubstanciação de um vínculo psicológico entre os agentes, ou seja, a plena consciência de todos os concorrentes que cooperam visando à realização de um fato típico comum (liame subjetivo entre os agentes).

Prosseguindo a argumentação, devemos mencionar que o concurso de pessoas poderá ser materializado através da autoria, co-autoria e da participação. Podemos definir como autor aquele que materializa o comportamento comissivo ou omissivo descrito taxativamente no núcleo de uma norma penal incriminadora. Ressalte-se ainda que o diploma penal Brasileiro adotou para conceituar a autoria a teoria restritiva preconizando que será considerado autor o agente que realiza a conduta típica, e será denominado partícipe o agente que coopera materialmente ou moralmente para a eclosão do acontecimento ilícito.

O instituto da co-autoria ocorrerá fundamentalmente quando dois ou mais agentes praticarem conjuntamente a conduta tipificada, ressalte-se ainda que é perfeitamente razoável haver repartição de tarefas entre os concorrentes. Já o autor mediato é aquele que consegue a realização da conduta ilícita, por intermédio de outrem que atue sem culpabilidade. Já o autor intelectual se refere ao agente que coordena e dirige toda a empreitada criminosa. Já a autoria colateral vai acontecer quando ambos os contendores praticarem o ilícito penal, sem, no entanto ter conhecimento da deliberação um do outro, inexistindo no caso concreto o pressuposto do liame psicológico entre os concorrentes.

O fenômeno jurídico da participação vai ocorrer quando o agente mesmo não executando diretamente ou indiretamente o acontecimento típico, contribui materialmente ou moralmente para a produção do crime. Sendo, portanto uma atividade acessória da conduta principal. As modalidades de participação serão divididas em:

- a) determinação, o partícipe faz nascer no autor o desejo de cometer o ilícito;
- b) instigação, o autor já tem intenção de cometer o crime, e o partícipe reforça tal deliberação criminosa;
- c) ajuste é o acordo feito entre os concorrentes para a realização do fato típico;
- d) auxílio, é o comportamento desenvolvido pelo partícipe que, contribui para a conduta principal realizada pelo autor.

Já em relação à punibilidade da participação, o partícipe por ter contribuído para a materialização de um acontecimento tipificado, deverá ser submetido às sanções a este estabelecidas. Todavia, a legislação penal Brasileira disciplinou taxativamente que se o partícipe teve a deliberação de contribuir para a incidência de figura típica menos gravosa, deverá ter seu juízo de punibilidade vinculado à sanção estabelecida para tal crime, sendo tal pena majorada até a metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

Condições de caráter pessoal podem ser conceituadas como os vínculos que o concorrente mantém com a sociedade, referentes a estado civil, vínculos de parentesco, ou relações

empregatícias. As circunstâncias objetivas fazem alusão à maneira da realização da atividade típica englobando o tempo, o lugar, as qualidades da vítima. Já as circunstâncias de cunho subjetivo, se caracterizam primordialmente por abranger as condições relativas à pessoa do agente, como os motivos determinantes para a materialização da conduta típica, as relações de parentesco com a vítima.

Visando outorgar uma abordagem mais extensa sobre o respectivo objeto de estudo, é relevante a menção que as circunstâncias de natureza essencialmente subjetivas, não poderão se comunicar entre os integrantes da infração penal. Ademais para as circunstâncias de caráter objetivo atingir os concorrentes da empreitada criminosa, é imprescindível que os mesmos tenham procedido com deliberação dolosa ou culposa. Entretanto, se as condições de caráter pessoal constituir uma elementar do tipo penal, tal situação necessariamente deverá se comunicar entre os contedores da infração penal.

Por derradeiro, devemos elaborar uma delimitação pormenorizada sobre o delito de infanticídio. Inicialmente trata-se de um crime próprio, pois somente a genitora poderá desenvolver a conduta típica, ademais o sujeito passivo necessariamente deverá ser o recém-nascido. Contudo, para a sua integral configuração é estritamente necessário que a mãe promova a conduta sob a influência do estado puerperal, caso contrário estará praticando homicídio e não infanticídio.

Chegando ao ponto primordial do respectivo objeto de estudo, surge a verdadeira problemática do concurso de pessoas, ou seja, se um terceiro agente contribuir moralmente ou materialmente para a incidência do delito de infanticídio, deverá ser responsabilizado criminalmente pelo delito em foco, ou por homicídio. Como acima aludido, o infanticídio somente poderá ser desencadeado pela genitora da prole. Todavia, em regra geral a mera contribuição de um agente para o desdobramento material do evento naturalístico, ensejará que o mesmo tenha sua punibilidade vinculada às sanções correspondentes a tal crime. Diante disso, surge à grande indagação a condição de cunho personalíssimo existente na genitora, atingirá o terceiro participante?

Visando de certa forma garantir uma pacificação sobre a área temática a doutrina penal, atualmente tem preconizado que as circunstâncias de natureza essencialmente pessoais da genitora deverão ser estendidas ao terceiro participante do delito de infanticídio. Desta forma podemos comentar que se o terceiro agente materializar a conduta típica do infanticídio, mediante ordens imediatas da genitora que está sobre a influência do estado puerperal, tal condição de cunho personalíssimo, por ser uma elementar do delito de infanticídio, se estenderá ao participante devendo o mesmo ser responsabilizado criminalmente por tal figura típica.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**Vox Forensis, Espírito Santo do Pinhal, v. 2, n. 3, Jul./Set. 2009**

CAPEZ, Fernando. *Curso de direito penal. parte geral*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, 603p.

DELMANTO, Celso. *Código penal comentado*. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, 1106p.

FELICIANO GUIMARÃES, Guilherme. "Autoria e participação delitiva". *Da teoria do domínio do fato à teoria da imputação objetiva*. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 745, 19 jul. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7020>>. Acesso em: 08 mar. 2008.

GOMES, Luiz Flávio. "Participação de várias pessoas no crime culposo". **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 878, 28 nov. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7623>>. Acesso em: 05 mar. 2008.

JESUS, Damásio Evangelista de. *Direito Penal. vol I – Parte Geral*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, 754p.

\_\_\_\_\_. "Concurso de pessoas nos delitos omissivos". **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 53, jan. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2511>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

LOBATO TAVARES, José Danilo. "Participação criminal por meio de ações neutras. O início (tardio) de um debate". **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 830, 11 out. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7406>>. Acesso em: 11 mar. 2008.

PEREIRA CARDOSO, Flávio. "As ações cotidianas no âmbito da participação delitiva". **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 61, jan. 2003. Disponível em: <<http://jus2.vol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3652>>. Acesso em: 10 mar. 2008.